

USO CONCOMITANTE DA LÍNGUA CRIOLA E DA LÍNGUA PORTUGUESA:

O caso de Praia - Cabo Verde

CONCOMITANT USE OF CREOLA AND PORTUGUESE LANGUAGE:

The case of Praia - Cabo Verde

USO SIMULTÁNEO DE LA LENGUA CRIOLLA Y DE LA LENGUA PORTUGUESA:

El caso de Praia - Cabo Verde

Ayla Cristina Lopes Moura

Mestranda em Letras (UFMA), Graduada em Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-brasileiro(UFMA), , Professora da educação básica do Estado do Maranhão- SEDUC/MA - ayla_moura@hotmail.com

Resumo

A língua é uma manifestação identitária dos sujeitos, que apresenta dimensões sociais, locais, territoriais e subjetivas muito particulares, devendo ser respeitada em suas diferenças, pois ela é usada por sujeitos sociais e políticos diversos. Este artigo apresenta reflexões acerca da diversidade linguística, isto é, existência e convivência de duas línguas diferentes presentes e sendo usadas de forma concomitante na Cidade de Praia, capital da Ilha de Santiago, Cabo Verde. Este país contém uma língua nacional falada pela quase totalidade do seu povo – o Crioulo cabo-verdiano – mas tem como língua oficial a Portuguesa. A pesquisa tem por objetivo perceber o quanto é importante considerar a pluralidade linguística de um povo. Objetiva-se ainda mostrar como a Língua Crioula surgiu, como se proliferou por Cabo Verde, como se dá a relação desta com a Língua Portuguesa, nos diferentes âmbitos de uso; verificar quando os falantes da Cidade de Praia fazem o uso de uma e outra língua, atualmente; conhecer – de forma sutil – as estruturas gramaticais básicas utilizadas na linguagem oral dos habitantes de Praia. Tudo isso atentando para o grau de escolaridade de cada entrevistado e sua faixa etária. A pesquisa se deu de forma bibliográfica e de campo (realizaram-se pesquisas, observações do cotidiano linguístico, conversas informais e entrevistas diretas feitas por meio de questionário, com alguns habitantes). Para subsidiar este trabalho, utilizamos autores como VEIGA (2004), HERNANDEZ (2002 e 2005), LOPES (2016), REIS (2018), CARREIRA (2000), dentre outros.

Palavras-chave: Línguas. Bilinguismo. Cabo Verde.

Abstract

Language is an identity manifestation of the subjects, which presents social, local, territorial and subjective very particular dimensions, and should be respected in their differences, because it is used by different social and political individuals. This article presents reflections about linguistic diversity, in other words, the existence and coexistence of two different languages present and being used concurrently in the capital Cidade de Praia, on Santiago Island, Cape Verde. This country contains a national language spoken by almost all people - Cape Verdean Creole - but the official language is Portuguese. The research aims to show how important it is to consider the linguistic plurality of a people. It also aims to show how this language emerged, how it proliferated in Cabo Verde, how it relates to the Portuguese language, in different areas of use; to verify the how and when the Praia's speakers use one language and the other, currently; to know - in a subtle manner - the basic grammatical structures used in the oral language of the Cidade de Praia's inhabitants. All this paying attention to the education level of each interviewee and their age group. The research took place in a bibliographic and field form (performed studies, daily

linguistic observations, informal surveys and direct interviews, though questionnaire out with some inhabitants). To support this work, used authors such as VEIGA (2004), HERNANDEZ (2002 and 2005), LOPES (2016), REIS (2018), CARREIRA (2000), among others.

Keywords: Languages. Bilingualism. Cape Verde.

Resumen

La lengua es una manifestación de identidad de los sujetos, que presenta dimensiones sociales, locales, territoriales y subjetivas muy particulares, debiendo así ser respetada en sus diferencias, pues es usada por sujetos sociales y políticos diversos. Este artículo presenta reflexiones sobre la diversidad lingüística, esto es, existencia y convivencia de dos lenguas distintas presentes y siendo usadas de forma simultánea en la Ciudad de Praia, capital de la isla de Santiago, Cabo Verde. En este país, existe una lengua nacional hablada por casi la totalidad de su pueblo – el Criollo caboverdiano – pero tiene como lengua oficial la Portuguesa. La pesquisa tiene como objetivo percibir la importancia de considerar la pluralidad lingüística de un pueblo. Se objetiva mostrar aún como la Lengua Criolla surgió, como se proliferó por Cabo Verde, como se da la relación de esta con la Lengua Portuguesa, en los diferentes ámbitos de uso; verificar cuándo los hablantes de la Ciudad de Praia hacen uso de cada lengua, actualmente; conocer – de forma sutil – las estructuras gramaticales básicas utilizadas en el lenguaje oral de los habitantes de Praia. Todo eso atentando para el grado de escolaridad de cada entrevistado y su rasgo de edad. La pesquisa se presentó de forma bibliográfica y de campo (se realizaron estudios, observaciones del cotidiano lingüístico, conversas informales y entrevistas directas, por medio de cuestionario, con algunos habitantes). Para subsidiar este trabajo, utilizamos autores como VEIGA (2004), HERNANDEZ (2002 y 2005), LOPES (2016), REIS (2018), CARREIRA (2000), entre otros.

Palabras clave: Lenguas. Bilingüismo. Cabo Verde.

Introdução

A presença e influência das línguas africanas pelo mundo é uma realidade incontestável. Ela se dá especialmente onde houve o processo de escravização, no qual pessoas provenientes de territórios africanos foram levadas à força de suas localidades, misturadas entre si e forçadas a se comunicar mesmo não conhecendo a língua ou dialeto dos demais. A partir dessas necessidades e relações de comunicação, surgiram novas línguas, ou falares de línguas africanas foram introduzidos em línguas já existentes.

Estudar as línguas africanas é uma questão desafiadora, visto que há uma diversidade delas, mesmo dentro de uma mesma região. Num mesmo país, podemos encontrar uma variedade linguística de suma importância, o que causa grande curiosidade para nós, pesquisadores, em relação a essa infinidade de línguas convivendo e sendo usadas simultaneamente num mesmo ambiente. Este é um fato que merece destaque e ser alvo de pesquisas.

A ideia de realizar esta pesquisa partiu do interesse nos estudos sobre línguas africanas que provém desde minha adolescência. A temática do multilinguismo no continente africano sempre me chamou atenção, mesmo antes de passar por duas

graduações (Letras e Estudos Africanos e Afro-brasileiros). Ao ler revistas, ver sites e reportagens, ficava curiosa para saber como os falantes utilizavam diversas línguas para comunicar-se com outras pessoas numa mesma situação e observava ainda que em determinados espaços (situações comunicativas) utilizavam determinadas línguas. Desta minha curiosidade, surge o interesse em realizar estudos neste âmbito.

Vale ressaltar que esta pesquisa foi possível em razão do I Colóquio Internacional de Políticas Antirracistas no Mundo, realizado na Universidade de Cabo Verde, proposto pela Licenciatura em Estudos Africanos e Afro-brasileiros da Universidade Federal do Maranhão em parceria com o Governo do Estado do Maranhão e com a primeira universidade citada, no ano de 2018, o que nos levou a viajar do Maranhão para aquela localidade e possibilitou a vivência naquele cotidiano bilíngue. Logo, explanarei aqui as relações linguísticas existentes em Praia e, assim, contribuirei para somar no aprendizado de outrem.

Este trabalho é uma busca das relações que permeiam as línguas utilizadas em Cabo Verde, cujas são provenientes da mescla das línguas dos povos africanos com a Língua Portuguesa, resultando no Crioulo cabo-verdiano, e o uso concomitante desta e da outra língua. Isto é, trataremos do uso cotidiano da língua local e da imposição da língua colonizadora nos espaços oficiais (como escolas, universidades, transações comerciais, etc). A pesquisa tem como objetivo principal identificar as relações existentes no uso concomitante da Língua Portuguesa e da Língua Crioula pelos falantes cabo-verdianos da capital da Ilha de Santiago, Praia. Objetiva ainda analisar quando os falantes cabo-verdianos da cidade de Praia fazem o uso dessas duas línguas atualmente; examinar a frequência em que são usadas as duas línguas; verificar em quais espaços sociais essas línguas são mais e menos utilizadas; conhecer sutilmente as estruturas gramaticais do Crioulo cabo-verdiano, como essa língua surgiu, como se proliferou; examinar se os graus de escolaridade possuem relação com o domínio das referidas línguas; observar a questão do bilinguismo no seio familiar.

A abordagem do tema é original, uma vez que visa dar maior importância aos falares nacionais da nação cabo-verdiana que ainda está no processo de construção de sua identidade, o que pode chamar a atenção dos leitores em relação a esse fato.

O problema foi abordado de acordo com um referencial teórico que trata dos estudos sobre Cabo Verde: achamento, território, povoamento, colonização, escravização, formação da nação, formação das línguas – aqui não focamos sobre a questão da independência. A teoria da origem, formação e expansão do Crioulo, juntamente com a presença da Língua Portuguesa e seu uso na ilha são a base para a conclusão dessa rica e vasta pesquisa. Vale destacar aqui autores como Carreira (2000), Veiga (2004), Hernandez (2002; 2005), Lopes (2016), Reis (2018) que com suas obras foram de extrema importância na construção deste artigo.

O referencial teórico abordado neste trabalho trata da língua enquanto fator social, haja vista que ela não é meramente um veículo de transmissão de informações, é sim um meio para se estabelecer e manter relações com outras pessoas. E esses aspectos são muito relevantes sob uma perspectiva social: a função da língua de estabelecer contatos sociais e o papel social, por ela desempenhado, de transmitir informações sobre o falante constitui uma prova cabal de que existe uma íntima relação entre língua e sociedade. (MONTEIRO, 2000, p.16)

Sendo assim, a língua, enquanto sistema, acompanha diretamente a evolução da sociedade, refletindo de tal modo nos seus padrões de comportamento. Fator este que se pode notar que está presente na sociedade cabo-verdiana.

Para a construção deste trabalho, foram realizadas pesquisas bibliográficas em Praia e em São Luís, em livros, artigos, teses, redes sociais, baseadas em autores como VEIGA (2004), HERNANDEZ (2002 y 2005), LOPES (2016), REIS (2018), CARREIRA (2000), os quais foram de suma importância para a concretização desta pesquisa. Além dessa, foi realizada pesquisa de campo na cidade de Praia, a partir do contato com habitantes, por meio de observações do cotidiano linguístico, conversas informais e entrevistas embasadas por questionário, envolvendo pessoas encontradas no cotidiano, pessoas que fazem parte de ambiente escolar, alunos e professores da Universidade de Cabo Verde.

Para a pesquisa de campo utilizou-se entrevista formalizada (ou semiestruturada), a qual dispõe de perguntas diretas e abertas. Nela, os entrevistados autorizaram ter seus nomes revelados, estando cientes de sua finalidade e colaboraram desde o início, nos auxiliando na construção do trabalho. Estes foram escolhidos de

acordo com seu local de fala (buscamos pessoas do cotidiano – pouco escolarizadas –, do ambiente escolar e da universidade, a fim de comparar as situações sociais em que se encontram e até que ponto isto interfere nas relações linguísticas). As indagações foram dispostas e, a seguir, também as respostas de cada um, realizando as devidas comparações e constatações. Vale ressaltar que os questionamentos e suas respostas foram dados na Língua Portuguesa e estas foram transcritas em sua forma original neste artigo, associando-as aos resultados obtidos a partir das pesquisas bibliográficas e de campo (pelas observações do cotidiano linguístico, conversas informais e entrevistas diretas). Essas conversas e entrevistas tornaram possível responder às questões levantadas a respeito do tema proposto.

A pesquisa é relevante visto que caracteriza as relações linguísticas e sociais de um povo e, portanto, possui um grande valor bibliográfico, linguístico, cultural e social. Um estudo que se preocupa com essa análise, procurando revelar os motivos e fatores que favorecem essa situação, informa a realidade linguística do povo cabo-verdiano. Portanto, é fundamental a realização de um estudo dessa natureza, pois ele esclarece como se dá a relação causada pelo uso de uma língua oficial e uma língua nacional num mesmo local.

Cabo Verde

Para se chegar à situação linguística da cidade de Praia, é necessário que se faça um apanhado histórico das ilhas que formam o arquipélago de Cabo Verde, especialmente da Ilha de Santigado, na qual se localiza a referida cidade, a fim de que se possa responder as lacunas causadas pelo problema desta pesquisa.

Oficialmente denominado República de Cabo Verde, é um país formado por um arquipélago que se distribui em 10 ilhas e alguns ilhéus na região central do Oceano Atlântico, a cerca de 455 quilômetros da costa do continente africano. O arquipélago, com seus 403.300 hectares, ficou dividido em ilhas de Barlavento, ao norte (são elas: Ilha de Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal e Boa Vista, e os ilhéus Branco e Raso), e em ilhas de Sotavento, ao sul (compostas por: Ilha de Santiago, Maio, Fogo e Brava e os ilhéus Secos).

O “achamento” do arquipélago é consequência da Expansão Ultramarina de Portugal, da expansão do capitalismo mercantil, a partir da segunda metade do século XV. O arquipélago foi encontrado através das expedições realizadas pela Coroa Portuguesa, a qual buscava exploração econômica e dominação política. O processo de exploração amplia-se, torna-se complexo e articula-se a uma série de instrumentos de dominação (HERNANDEZ, 2002). O que acarreta num maior número de “achamentos” e dominação de novas colônias, com a finalidade de se obter mercados exportadores de imensa variedade de produtos para os países metrópoles.

O povoamento de Cabo Verde data do século XV.

Em 1460, Antonio de Noli chega ao grupo formado pelas ilhas orientais e meridionais do arquipélago e, dois anos depois, são encontradas desabitadas, por D. Fernando, as ilhas de Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia e São Nicolau. Pela Carta Régia de 3 de dezembro de 1466, D. Afonso faz ao infante D. Fernando uma doação perpétua e irrevogável das ilhas de Santiago, Fogo, Sal, Boa Vista e Maio. (HERNANDEZ, 2002, p. 21)

As ilhas ganharam importância para Portugal pois estavam numa localização geográfica estratégica como ponto de escala (de eixo) de navegação, de abastecimento e, assim, propiciavam a continuidade dos descobrimentos de novas terras mais ao sul e asseguravam o comércio na costa africana, como também promoviam as expedições às Índias Ocidentais e América (HERNANDEZ, 2002). Ou seja, elas (as ilhas) forneciam víveres e água aos navios que se dirigiam da Europa para África, América e Oriente, pois ficavam no centro do comércio triangular e despertavam, desde o início do século XVI, cobiça por parte das potências que tinham o interesse no comércio e domínio do Atlântico Sul. A partir dessa época, a maior parte da navegação portuguesa passava por Santiago.

De início, o povoamento das ilhas foi difícil, haja vista que o clima era rude, não havia pastos e vegetação propícia para plantio e o acesso por meio marítimo era dificultoso. Em razão disso, durante muitos anos, grande parte das ilhas se manteve deserta.

Já em 1462, para a concretização efetiva do povoamento – que se mostrava lento e difícil –, além do efetivo processo de ocupação portuguesa, recorreu-se ao processo de escravização de africanos. Outros europeus como castelhanos e genoveses foram

responsáveis pelo povoamento do arquipélago, apesar de serem em número menor que os portugueses.

Para se instalarem e cultivarem as terras recebidas da Coroa, os homens brancos, nobres e plebeus, alguns deles degredados por razões políticas, religiosas e até por crimes comuns, reivindicam ampla autonomia e liberdade para resgatar negros da costa e dos rios da Guiné, sendo alguns deles vendidos para áreas como as Antilhas, as Canárias e algumas cidades europeias, como Sevilha e Cadiz, entre outras. Em especial, entre 1462 e 1647, Santiago constitui predominantemente um entreposto, cuja atividade mais rentável é o comércio de escravos. (HERNANDEZ, 2002, p. 23)

O interesse primordial da Coroa portuguesa nesse período é assegurar o povoamento das ilhas sem que isso apresente custos caros para seus cofres. Com isso, objetivando atrair moradores e diminuir as dificuldades de suas instalações nas ilhas (em particular na ilha de Santiago), em 1466 é outorgada a *Carta de Privilégios aos Moradores de Santiago*, a qual dava concessão aos donatários do pleno exercício da jurisdição cível e criminal, prerrogativa de conceder o direito de posse e uso de terras, além da regalia de receber o dízimo das produções agrícolas (HERNANDEZ, 2002). Além disso, os europeus que ali iriam residir tinham a liberdade de capturar escravos de toda a Guiné, com exceção da região chamada de Arguim (que era território do infante Fernão Gomes), podendo ainda obter as mercadorias que desejassem, excluindo navios, munições, armas e ferramentas.

Porém, os donatários das terras – como foram chamados os europeus que ali foram residir – passaram a desobedecer às ordens da Coroa portuguesa (no que tange ao local destinado para a realização do processo de comercialização de escravos e produtos agrícolas), desrespeitando o contrato de arrendamento, o que resulta em inúmeros embates com o tratador Fernão Gomes. Assim, a Coroa passou a limitar os privilégios dos donatários, coibindo os abusos, por meio da criação de uma nova carta: a *Carta de Privilégios de 1472*, a qual passa a intervir – limitando – nos direitos já dados anteriormente.

É importante notar que todos esses princípios são essenciais para o estabelecimento das estruturas a partir das quais irá desenvolver-se o sistema de dominação nas ilhas. Eles estabelecem o primeiro regime de posse da terra, atribuindo ao reduzido número de donatários poderes para explorá-la e para conceder a outrem o direito de sua posse ou usufruto. Criam as primeiras

condições legais para a instituição do tráfico negreiro, principal fonte de receita do arquipélago, e ainda propiciam mão-de-obra escrava para a ilha. (HERNANDEZ, 2002, p. 25)

Vale ressaltar que só com meio século depois das Cartas é que o povoamento das ilhas – especialmente a ilha de Santiago – começa a se tornar efetivo, porém ainda com um número reduzido de habitantes, o que é possível constatar através dos relatos de navegantes que por ali passavam, ou até mesmo por pessoas que eram mandadas ao novo território para obter informações de diversos âmbitos (estes levavam informações à Coroa).

Essas Cartas deram início ao processo de constituição do povo cabo-verdiano, visto que a partir delas os africanos foram introduzidos no território que compunha o país, acarretando no processo de miscigenação entre o africano e o europeu.

Colonização e povoamento

A primeira ilha a ser povoada em Cabo Verde foi a de Santiago, numa região a qual foi denominada Vila de Ribeira Grande, cuja atualmente é chamada de Cidade Velha. Esta ilha foi dividida em duas capitânicas: uma localizada ao sul, dada a Antônio de Noli, situada na Ribeira Grande; a outra ao norte, entregue a Diogo Gomes, localizada em Alcatrazes. Ao rei fica reservada a propriedade jurídica da terra e para os donatários cabem as despesas com o transporte e assentamento dos povoadores e com a exploração das terras, podendo ainda administrar a justiça e conceder a posse das terras aos seus colonos – atividades que também podem ser realizadas por seus descendentes.

A partir de 1466, a capitania da Vila de Ribeira Grande passa por um pequeno crescimento em sua população em decorrência do aumento do tráfico de escravizados para as Índias Ocidentais e para a América (esta última um pouco mais tarde), visto que era ponto de passagem, chegada e saída deste tipo de “produto”. Por esta função comercial, a ilha se torna de extrema importância para Portugal pois passa a ser um entreposto de sujeitos escravizados e, assim, intensifica o processo de acumulação primitiva do capitalismo na sua fase mercantil.

O comércio escravocrata impulsiona também a permuta de produtos que vão da costa da ilha até Serra Leoa e ajuda a ampliar a circulação de mercadorias da Europa e

da Ásia. Assim, Santiago passa a apresentar um constante crescimento populacional e econômico.

Convém assinalar que Santiago concretiza sua posição hegemônica quanto às demais ilhas pelo papel que desempenha, definindo com base nas regras da economia colonial. Com a regulamentação dos fatores, como distribuição da terra e das relações do trabalho, e com a inclinação para o comércio de escravos e para as atividades agroexportadoras, constitui o núcleo catalisador de todas as atividades econômicas. Além disso, Santiago torna-se o centro político-administrativo de Cabo Verde, visto que é sobretudo nessa ilha que são criadas as condições de exercício da ação do Estado português. (HERNANDEZ, 2002, p. 26)

Por essas razões – além da favorável localização geográfica – Santiago se destacou em relação às outras ilhas, as quais tiveram um povoamento e desenvolvimento tardio e em momentos históricos distintos, apresentando ainda características peculiares quanto às formas de ocupação da terra e à composição social de cada uma delas. Ou seja, o desenvolvimento do país se deu a partir do desenvolvimento dessa ilha. A segunda ilha a ser povoada foi a ilha do Fogo, nos finais do século XV, e as duas últimas foram São Vicente e Sal, na terceira década do século XIX. A população de cada ilha apresentava características próprias, pois eram um tanto diferentes umas das outras, dos vários ilhéus, visto que, por exemplo, na generalidade, não reagem da mesma maneira o santantonense e o santiaguense, o sanicolaense e o fogueense, ou ainda o santiaguense e o bravense – nomenclaturas que se referem aos nativos das Ilhas de Santo Antão, São Nicolau, Fogo, Santiago e Brava, respectivamente. Essas diferenças de comportamentos, hábitos, estilos de vida, tradições, linguagem local, enfim, a estruturação social das diversas ilhas caboverdianas, eram resultantes dos vários processos utilizados nos respectivos povoamentos e da evolução sociocultural de cada uma das ilhas (MARTINS, 2009). Entretanto, as peculiaridades das outras ilhas não serão citadas neste trabalho, somente a capital de Santiago, Praia.

Em se tratando de colonização da referida ilha, destacamos os portugueses (que compunham quase a totalidade dos europeus) e africanos (de várias localidades) como os povos que foram responsáveis pelo seu povoamento.

Para povoar as duas ilhas (S. Tiago e Fogo) mandou o Infante D. Fernando [...] no ano 1461 casaes do Algarve em companhia do descobridor António de Nolle, Diniz Eannes, e Ayres Tinoco, primeiros donatários, os quais valendo-se do exclusivo, que lhes fôra conferido, resgataram em Guiné grande número de escravos para o arroteamento das terras: daqui se originaram logo as três espécies de castas, que há no paiz; - brancos, descendência pura de gente Europêa; pretos, descendência pura das alianças dos escravos de Guiné, promovida por seus senhores em seu proveito próprio, e mulatos, descendência cruzada dos brancos da Europa com as negras de Guiné; e esta última casta aumentou quando começaram no século 16º a ser mandados para o arquipélago degredados a cumprir sentença, não descontinuando nunca a introdução da escravaria da costa. (CARREIRA, 2000, p. 284)

Portugal enviou ao novo território representantes do rei (mercadores) que, juntamente de castelhanos, genoveses (dentre outros europeus em número menor), fixaram-se à volta do porto da Ribeira Grande, dando início à formação de uma próspera comunidade de moradores e vizinhos. Isto é, os brancos (em menor quantidade e em sua maioria portugueses) eram nobres, apoiados por moços de câmara, criados e outros servidores, pertencentes a famílias do Algarve, de Alentejo. A estes colonos foram agregando-se os exterminados que, para pagarem seus crimes, eram para lá enviados pela justiça de todas as ordens (CARREIRA, 2000).

(...) foram os originários da Madeira que forneceram o maior número de indivíduos, no processo de formação do povo cabo-verdiano. Houve nobres, mas também deportados políticos e de delito comum”. Contudo, a deportação dos portugueses foi significativa no século XIX, baseado nos dados que Carreira (1969, p.288) apresenta, verifica-se que “de 1802 a1882, foram deportados para o arquipélago 2443 condenados, dos quais, 81 mulheres”. (BARROS, 1933, p.40)

Estes donatários passaram a ser os grupos que concentravam autoridade econômica e jurídica no país: dominavam o plantio, o comércio de algodão e urzela (corante), a fabricação de tecidos, influenciando ainda na criação de gado e controlando o tráfico de africanos – atividade esta que foi elemento fundamental para a organização da vida econômica, política e social do arquipélago.

Em relação aos negros africanos, segundo fontes históricas, pode constatar-se que o povoamento das ilhas não foi feito recorrendo-se apenas a africanos escravizados, pois haviam negros livres, denominados banhuns, cassangas, e brâmes, que

acompanhavam livremente os comerciantes, mercenários e capitães de navios. Muitos deles falavam a língua portuguesa e alguns vinham a Santiago para serem cristianizados com a promessa de enriquecimento rápido (MARTINS, 2009).

Assim, o povoamento de Santiago foi iniciado com brancos, nobres e plebeus, degredados e negros escravizados e livres.

Escravidão de africanos na Ilha de Santiago

Como já citado no item acima, alguns africanos foram livremente para Santiago, acompanhando sujeitos brancos com intenção de trabalho e visando riquezas. Entretanto, com a maioria não ocorreu dessa forma.

A inclemência do clima e a necessidade de estabelecer um sistema de plantações com mão de obra abundante e barata fizeram com que os portugueses mantivessem um impiedoso mercado de escravizados sobre a costa africana. Estes capturaram muitos africanos provindos das regiões da costa da Guiné, do Senegal, até o limite norte da Serra Leoa, região que conhecemos hoje como Guiné Conacri. Os primeiros compravam os segundos e podiam revendê-los a outras localidades ou mesmo comercializá-los em seu próprio território. Isto é, tinham a liberdade do comércio escravagista nas regiões determinadas pela Coroa Portuguesa.

Depois dos portugueses – iniciadores do comércio de escravizados – chegaram às ilhas holandeses, espanhóis, ingleses e pessoas de outras nacionalidades. As ilhas converteram-se em um armazém de africanos capturados em todas as regiões da África Ocidental.

Em Santiago, estabeleceu-se uma grande quantidade de escravizados em razão da necessidade de plantação da cana de açúcar (produção de açúcar), milho, arroz, café, sementes oleaginosas e hortícolas. E ainda havia a necessidade de mão de obra para o cultivo do algodão, cuja produção, embora reduzida, entra na exportação do arquipélago para Flandres; além da necessidade de mão de obra no trabalho da produção pecuária.

Entretanto, o papel principal desempenhado por Cabo Verde em relação ao processo de escravização de africanos decorria de sua favorável localização e foi transformada numa região de passagem, comercialização e abastecimento do tráfico negreiro. Ali também se fazia o tratamento de escravizados antes de serem exportados para o exterior.

Os escravizados eram negociados na costa africana, transportados para Cabo Verde e, a partir dali, eram vendidos para portugueses, espanhóis, ingleses, franceses, os quais recolhiam-nos para a Europa e para as Américas. A venda dos africanos para os mercados da América espanhola foi a principal atividade comercial dos moradores de Santiago – dali saía um número considerável de escravos originários dos Rios de Guiné.

O período que se situa entre o povoamento e meados do século XVII pode ser considerado como o período do tráfico de escravizados em que toda a vida econômica e social das ilhas dependia exclusivamente desse comércio. No início do século XVII, 72% das divisas de Cabo Verde provinham do tráfico de escravos, demonstrando importância de Cabo Verde nesse comércio (CARREIRA, 2000).

A intensa procura de negros africanos levou ao aumento do seu preço de venda, especialmente dos negros cabo-verdianos que eram considerados melhores e mais trabalhadores do que os das regiões mais ao sul.

Com a intensificação do tráfico, e com a fundação da diocese de Cabo Verde, a partir do século XVI, em Santiago, foi criada uma legislação que obrigava o batismo de escravos que constituía numa atividade rápida e em massa. Mais tarde, com a consolidação da classe Sacerdotal em Cabo Verde, a Igreja passou a ministrar uma formação antes do batismo de onde saíam dois grupos de escravizados de acordo com a evolução cultural de cada um: os *ladinos*, aqueles que assimilavam rapidamente os conhecimentos fornecidos e os restantes ficaram conhecidos como *boçais*.

Pode-se imaginar que os africanos que para ali foram levados não lutavam contra a escravização. Porém, não há escravização sem lutas, sem reações. Os escravizados reagiam, mas apesar de os traficantes não contarem com a rebeldia dos africanos, as ações destes últimos eram vencidas pela superioridade dos armamentos dos europeus.

Durante muito tempo o arquipélago funcionou como placa giratória do comércio e tráfico de escravizados. Entretanto, em meados do século XVII, o arquipélago começa a perder a sua importância por causa da concorrência estrangeira, principalmente com a afluência do Cacheu, que passa a ter o controle privilegiado de todo o tráfico português na zona da Guiné. Durante este período, Santiago foi ficando à margem das rotas negreiras, que então passaram a ser diretas entre os locais de captura no continente africano e os mercados americano e europeu. Logo, com a perda da sua posição de base de exportação de escravos (um dos pilares da sua economia), Cabo Verde entra em decadência, visto que a produção vai se tornando escassa em razão da falta de mão de obra escravizada, acarretando na perda de finanças das ilhas.

E é aí que a Vila de Ribeira Grande perde o posto de centro administrativo para a Vila de Praia: quando a ilha de Santiago perdeu sua função de entreposto de mão de obra escravizada e a vila de Ribeira Grande entrou em decadência, a burocracia colonial, conservando os seus poderes, se estabeleceu na cidade de Praia (HERNANDEZ, 2005).

Povos africanos em Santiago

A rápida e crescente riqueza em Santiago proporcionou o crescimento de duas vilas: Ribeira Grande e Praia. A partir dos portos dessas vilas é que se deu e concretizou o processo de escravização de africanos. Por ali passaram e ficaram etnias (povos) africanas das mais variadas localidades do continente.

Divididas as áreas das duas donatarias, e determinado o povoamento das ilhas, em especial a de Santiago, os poucos brancos tiveram de recrutar mão de obra no continente fronteira, porque não possuíam condições de resistência ao clima para cultivar os campos, apascentar o gado e fazer tudo o mais que a colonização exigia. Daí o terem começado logo a trazer escravos da costa e rios de Guiné, numa primeira fase mais para o povoamento e garantia da exploração da terra. (CARREIRA, 2000, p. 284)

No tocante ao povoamento feito por africanos, há relatos que mostram que antes mesmo da chegada dos europeus, alguns africanos já haviam usado a ilha de Santiago

como estadia, ponto de abastecimento para continuação de uma viagem, ou até mesmo povos que a usavam como refúgio de fugas de guerras contra outros povos.

Em qualquer caso, embora a documentação antiga apresente as ilhas como desertas à chegada dos descobridores, não se deve excluir de todo a hipótese de, Santiago, ter sido refúgio de um pequeno grupo de náufragos Jalofos ou outros habitantes do Cabo Verde (Lêbus ou Sèrères, etc.), antes da chegada dos portugueses. Mas isso ter-se-ia dado, repete-se, por circunstâncias puramente acidentais, sem propósito deliberado, nem continuidade de povoamento. Não tinham condições de vida, sem outros contatos. (CARREIRA, 2000, p. 297)

Os primeiros africanos que foram levados para serem escravizados nas ilhas no final do século XV eram fundamentalmente provindos das regiões que compreendiam a margem direita do rio Senegal e a esquerda do rio Gâmbia. A margem norte do Senegal era habitada por populações Berberes (ou Mouros da Mauritània) com graus menores e maiores de miscigenação, com coloração pouco acentuada, e alguns Mouros de cor mais escura (resultado da mescla de Berberes com Jalofos e Tucurores). Das margens do rio Senegal para sul, os Jolofos dominaram até à altura do Cabo Verde. Na ponta do Cabo Verde e espalhando-se um tanto para sul até próximo de Portugal (o Porto d’Ale, dos antigos), ficavam os Lêbús (os Bilêbos); a sul destes, dominavam os Sèrères (os Xereos), de Rufisque até um pouco acima da margem direita do rio Gâmbia. E em todos estes setores, misturados com as referidas etnias acima, sempre se encontraram Mandingas e Fulas. Na região de Bolola, existiam os Beafadas, Cocolis, Mandingas e Nalus mais ao sul. Na área que compreende a Guiné localizavam-se os Bijagós, Biafadas, Brâmes, Papéis, Manjacos, Felupes, Balantas, Banhuns e Mandingas. Os Jalofos e os Bambarãs são do Senegal e do Sudão; os Quisis são oriundos da atual República da Guiné (CARREIRA, 2000).

A colonização de Cabo Verde por parte dos africanos foi feita por casais de Balantas, Papéis, Bijagós, Felupes, Jalofos, Mandingas, Biafadas, Quisis, Banhuns, Futas, Bambarãs, Bolotas, Manjacos, Cocolis, Nalus, Brâmes, Nalás, Uassoloncas, Suruás e Tiliboncas. Haja vista que nem todos estes povos estavam situados na área da Guiné: podiam ser encontradas em regiões limítrofes como Casamansa, Cacheu, Geba, Bissau, Senegal, Sudão. Estas etnias foram enumeradas por Mendes Correa em 1943 e

1945; Silva Teixeira e Grandvaux Barbosa e Pedro Lobo em 1958; e por Padre Brásio em 1962 (CARREIRA, 2000).

Muitos foram os grupos e subgrupos étnicos que adentraram as ilhas. Vale ressaltar que também houve africanos livres, idos para as ilhas espontaneamente em companhia de negociantes, missionários e capitães de navios, sendo eles das etnias Banhuns, Cassangas e Buramos (muitos sendo consagrados cristãos por sua vontade).

De acordo com a imagem abaixo, é possível observar um quantitativo em relação às etnias presentes no país.

Quantitativo de etnias em Cabo Verde
 Fonte: CARREIRA (2000, p.311)

	<i>População cabo-verdeana de:</i>	
	<i>Barlavento</i>	<i>Sotavento</i>
População do sul de Portugal metropolitano	muito significativo	muito significativo
<i>Grupos étnicos da antiga A. O. F.</i>		
Jalofo.	muito significativo	significativo
Bambarã.	muito significativo	significativo
Lêbú.	<i>não significativo</i>	significativo
Tucuror.	significativo	significativo
Fula.	significativo	significativo
Mandinga.	significativo	muito significativo
Outras etnias diversas.	muito significativo	muito significativo
<i>Grupos étnicos da Guiné Portuguesa</i>		
Bijagó.	<i>não significativo</i>	<i>não significativo</i>
Mandinga.	muito significativo	muito significativo
Fula-fôrro.	significativo	muito significativo
Fula-preto.	significativo	muito significativo

Em 1582, para uma centena de brancos, havia 13.700 escravizados na ilha de Santiago e do Fogo. Esse fator passou a preocupar os poderes públicos – já que haviam mais negros que brancos – a ponto do rei de Portugal, em carta de 20 de outubro de 1620, determinar que fossem muitas mulheres brancas para Cabo Verde a fim de que se extinguisse a raça de mulatos; haja vista que, pelo comércio e trato com as negras do país, os brancos foram relacionando-se com as mesmas, o que acarretou na propagação da mistura destas raças, resultando no processo de mestiçagem. Em 1836, foi proclamada a abolição definitiva dos escravizados por meio do Decreto de 10 de

dezembro do mesmo ano, seguida pela tutela por dois anos, com exceção da ilha de São Vicente, onde a abolição ocorreu por Portaria Régia, em 10 de março de 1857 (HERNANDEZ, 2005).

Línguas africanas em Santiago-Cabo Verde

É impreciso dizer exatamente quais línguas foram transplantadas em razão de não haver registros sobre o assunto. Entretanto, obtendo o conhecimento dos povos africanos que chegarem ali (provinham das regiões que hoje conhecemos como Senegal, República da Guiné, Serra Leoa e Gâmbia), é possível identificar algumas línguas – estes povos faziam parte do grupo linguístico nigero-congolês A. Esta é uma família de línguas considerada a maior das línguas africanas, tanto quanto ao número de falantes, quanto à área geográfica ou ao número de línguas. Quase todas as línguas da África subsaariana pertencem a este grupo.

A partir daí, verificamos que as línguas que fazem parte deste grupo e que correspondem aos locais de origem das etnias africanas levadas a Cabo Verde são:

- a) Oeste-atlântico ou Atlântico ocidental: inclui, por exemplo, o Fula, uma língua falada pelo Sahel e o wolof, falada no Senegal;
- b) Mandê: faladas na África Ocidental, inclui, por exemplo, o bambara, a principal língua do Mali e o mandinga.
- c) Gur: faladas entre outros lugares na Costa do Marfim, Togo, Burkina Fasso e Mali, inclui, por exemplo, o mossi, principal língua do Burkina Fasso, falado pelos mossis.
- d) Kru: faladas na África Ocidental, inclui, por exemplo, o bassa, falado na Libéria e o bété, falado na Costa do Marfim.
- e) Benué–congolês inclui, por exemplo, o iorubá e o igbo, falados na Nigéria e o bem grande ramo das línguas bantas, que inclui, por exemplo, o macua, o quimbundo, o suaíli, o tsonga, o umbundo.

Sendo assim, é possível ter uma ideia da grande riqueza linguística que ocorreu em Santiago pelo contato entre os muitos povos, acarretando no processo de formação de seu povo e, conseqüentemente, da sua língua nacional.

Crioulo de Cabo Verde: formação

Costuma-se denominar *língua* como um conjunto de idiomas, objeto unificado capaz de receber modificações, ou seja, unidades que se relacionam organizadas dentro de um todo, o qual é classificado como *linguagem*. Para Saussure, a linguagem é “heteroclítica e multifacetada”, pois abrange vários domínios; é ao mesmo tempo física, fisiológica e psíquica; pertencendo ao domínio individual e social (1969). A partir daí a ideia do que seja língua (gem) se torna mais clara. Difícil mesmo é definir o que seja *dialeto*. Há quem defenda a ideia de que língua e dialeto sejam dois nomes da mesma coisa e não há língua alguma que não se possa chamar dialeto. A constituição de dialetos se dá em duas situações distintas: aquele que se eleva à língua geral e aquele que deriva da língua geral, estabelecendo uma diferenciação regional da linguagem comum. Ambos envolvem dois sentidos: conjunto de palavras e expressões próprias de um povo; e linguagem a qual o falante faz uso.

Sendo usada uma língua ou um dialeto, a linguagem está diretamente relacionada à sociedade, uma vez que é impossível conceber a existência de uma sem a outra. Isto é, a finalidade básica de uma língua é servir como produto e expressão da cultura de um povo.

A ideia de conceituar aqui língua, linguagem e dialeto é para que não haja discussões futuras em relação à situação do Crioulo, visto que neste artigo tratamos o Crioulo cabo-verdiano como língua. E em relação ao binômio língua/linguagem:

(...) encontramos sociedades onde apenas uma língua é reconhecida e usada no seio da família, no cotidiano das comunidades, na administração e na comunicação, ou no ensino. Neste caso podemos dizer que o nível ou a probabilidade de contato com outras línguas é escasso. Existem aquelas sociedades onde coexistem duas línguas com estatutos e funções diferentes e aquelas sociedades onde coexistem várias línguas. As primeiras sociedades recebem, em termos sociolinguísticos a designação de sociedades monolíngues; as sociedades com duas línguas são designadas de sociedades

bilíngues e as que tem mais de duas designadas de sociedades plurilíngues.
(REIS, 2018, p.15)

No arquipélago de Cabo Verde, as relações entre línguas se deram a partir do processo de colonização do país. O contato intenso entre povos distintos acarretou na coexistência de línguas no mesmo espaço geográfico. Ou seja, os indivíduos relacionavam-se de formas diferentes e múltiplas a partir das línguas que estavam à sua volta.

Com isso, pode-se chegar à conclusão que o grau de dificuldade dos africanos e europeus em relação à construção e aprendizagem de uma nova língua foi grande, haja vista que os mesmos em sua maioria já estavam na sua fase adulta e sabe-se que uma língua aprendida mais tarde não tem a mesma proficiência daquela que foi aprendida na infância. E nesse contato de línguas ocorrido na realidade cabo-verdiana, os habitantes da região já possuíam suas identidades linguísticas ao chegarem ao território; tiveram que obter novos hábitos linguísticos pela necessidade de comunicação e, assim, ter que criar estratégias para tal ato; e passaram ainda pela socialização, uma vez que tinham que adaptar-se ao modo de vida dos que ali já residiam.

Sabemos que naquele momento a presença das diversas línguas étnicas e da língua portuguesa tornava quase impossível a intercompreensão e instigava uma necessidade de comunicação, tanto entre os escravizados (que falavam línguas distintas) quanto entre estes e os europeus. Isto é, a diversidade de línguas faladas pelos africanos constituía um enorme embaraço no entendimento entre si e entre seus senhores. Por ventura, ocorreu a mistura ou amalgamento (entrelaçamento) entre essas línguas, produzindo assim alterações na estrutura de cada uma delas.

Tornou-se evidente que a formação de um meio de comunicação comum entre brancos e negros era mais simples e lógica do que o uso de muitas línguas concomitantemente.

Esse fenômeno linguístico propiciou o surgimento inicial de um *pidgin* e, posteriormente, do crioulo cabo-verdiano. Conforme Romaine, *pidgin* é:

Uma espécie de interlíngua criada por várias comunidades em contato para ser utilizada como língua franca entre elas. Não é a língua materna de nenhum dos grupos em contato e nem substitui nenhuma delas. É um simples

instrumento de comunicação criado para resolver interações comunicativas pontuais entre indivíduos de línguas diferentes e mutuamente incompreensíveis. Uma espécie de língua reduzida que surge do contato prolongado entre grupos de pessoas que carecem de uma língua comum e que necessitam de algum meio de comunicação verbal. (1988, p.49)

A característica maior do pidgin é possuir estrutura e usos sociais reduzidos. E para que o mesmo surja, as línguas em contato não devem ser da mesma família linguística e deve-se manter uma considerável distância social entre os grupos etnolinguísticos. Em Cabo Verde, sua função, rudimentar, era também de comunicação portuária, auxiliando nas trocas comerciais entre mercadores. O pidgin começou por ser um código restrito, bastante limitado, com um aporte lexical muito reduzido.

Visto que as funções do pidgin se tornam limitadas, ele não sobrevive: morre assim que somem as circunstâncias pelo qual foi criado. Esta falência também ocorre por meio das crianças, as quais vão modificando a linguagem dos seus pais e mães, tornando os sistemas linguísticos mais complexos e vão reestruturando-os, baseando-se em novas necessidades de comunicação.

Por força da evolução, este falar emergencial passou pelos processos de complexificação e reestruturação e, assim, nascem os *crioulos*. A formação do Crioulo foi o resultado da união de muitas línguas – cujas não eram dominadas por outras sociedades que não a sua – e da necessidade de que se chegasse a uma língua comum a todos os povos para facilitar a comunicação.

Para que houvesse intercâmbio de comunicação linguística entre uns e outros, surgiu o falar de emergência, o *pidgin*, que, contrariamente ao que aconteceu no Brasil, onde o processo colonizador, por razões várias, foi profundo e duradouro, se estabilizou, acabando por converter-se em crioulo. A evolução, entretanto, deu-se constringidamente, devido ao duro travão dos africanos, pois, oriundos de várias regiões, eram falantes de muitas línguas. (LOPES, 1985, p.11)

Esse processo de *crioulização* é entendido como um processo de aquisição/desenvolvimento de uma primeira língua. A morfologia e a sintaxe reduzidas da gramática do pidgin são expandidas, a fonologia é regularizada e o uso da língua já não se restringe a um domínio específico, mas alarga-se a diferentes situações; verifica-se uma expansão dos domínios de emprego do novo sistema linguístico a qual ocorre em qualquer processo de nativização. (ROMANIE, 1988)

Chaudenson (1992) classifica que cada crioulo teve sua origem de acordo com as diferentes condições em que se deu o encontro dos variados povos e línguas. Segundo ele, os variados territórios tidos como berço das línguas crioulas podem ser explicados por meio das seguintes teorias:

- a) Eurogênese: defende que os crioulos nasceram da simplificação das línguas dos respectivos colonizadores, já que o africano não conseguia aprender essas línguas devido a sua complexidade;
- b) Afrogênese: atribui essa origem às línguas africanas. Na base desta teoria encontramos o esforço para a valorização da raça negra assim como na Eurogênese a tendência é de demonstrar a superioridade da raça branca;
- c) Neurogênese: diz que os crioulos nasceram da capacidade inata que todos têm para aprender línguas. Os escravos nascidos em Cabo Verde, não podendo utilizar as línguas dos pais, desenvolveram um novo código linguístico, fruto da junção das línguas herdadas, mas com características diferentes destas;
- d) Sociogênese: diz que o crioulo nasceu da coexistência das línguas do colonizado com a língua do colonizador que cedo se interpenetraram por razões que tem a ver com a exploração colonial, como por exemplo o regime de plantação.

O que se convém salientar é que o Crioulo do arquipélago se originou de um pidgin de base lexical portuguesa e com sistema fonético baseado nas línguas africanas.

Pelo fator geográfico, podemos supor que na formação deste crioulo tenha havido o predomínio – como substrato – das línguas do ramo mandinga, uma vez que o povoamento das ilhas se deu de início através de povos do grupo Mandinga e também de Jalofos e Fulas, os quais dominavam as línguas desse ramo.

Acredita-se que o Crioulo de Cabo Verde teria sido uma fase bilíngue inicial, seguindo-se outra em que o africano já assimilava uma estrutura gramatical simplificada da Língua Portuguesa. Por consequência, podemos constatar que o surgimento da língua Crioula, em Cabo Verde, deveu-se à necessidade de comunicação entre os portugueses e os povos provenientes da África.

É válido ainda dizer que o Crioulo não se dispersou homoganeamente pelo arquipélago; distribuiu-se em dois grupos: o de Barlavento e o de Sotavento. Já em

1880, Adolfo Coelho distinguia duas formas do crioulo nas ilhas: o crioulo *rachado*, *fundo*, *vejo*, falado principalmente no interior das ilhas, e o crioulo *leve*, *levinho*, falado nas regiões mais urbanizadas. A variante de Sotavento ficou recomendada como língua-base pelo Colóquio de São Vicente em 1979.

A partir disso, pode-se considerar a existência de quatro principais variantes dialetais (do ponto de vista sociolinguístico) que se apresentam no arquipélago: a variante de Santiago, a de Fogo, a de São Vicente e a variante de Santo Antão.

Funcionalmente, o crioulo foi preenchendo a necessidade dos falantes do arquipélago. Tomando o português como língua-fonte, os desvios e mutilações sofridas na morfologia, fonologia e sintaxe, resultaram no falar cabo-verdiano (CANIATO, 2005). E este falar sofreu modificações de uma ilha para outra, especialmente na fonética.

A referida língua expandiu-se com relativa rapidez e acabou se impondo em toda a costa ocidental africana, do Senegal à Serra Leoa, entre o final do século XIX para o XX. Os homens mestiços e os negros-forros, cristianizados, de aculturação portuguesa que falavam o Crioulo, foram os grandes responsáveis pela difusão dessa língua. Eram os elos entre os brancos mercadores e os escravizados boçais, os quais eram denominados de *línguas*, *chalonas*, ou seja, os intérpretes.

O crioulo foi criado nas ilhas de Cabo Verde e, posteriormente, levado para os portos fluviais do continente, da chamada costa de Guiné, pelos mulatos e pretos-forros, quando os brancos, os utilizaram como elo de ligação com os negros não aculturados, com a finalidade de assegurar as relações comerciais. Mulatos e pretos-forros, todos eles crioulos na língua, com robusteza física para suportar os rigores do clima (e a ele adaptados), desfrutando da confiança dos brancos, viraram lançados e, desse modo, tornaram-se os grandes agentes da propagação do crioulo naquele setor da costa. (CARREIRA, 2000, p.314)

Segundo Carreira (2000), o Crioulo formou-se nas ilhas de Cabo Verde a menos de cinquenta anos do seu achamento e dali em diante se propagou e enraizou-se na costa ocidental da África e servia de língua franca entre os europeus e os nativos e entre estes último (esta é uma ideia defendida por muitos estudiosos da atualidade).

O Crioulo das outras localidades do continente africano, quer nos fonemas, quer no vocabulário, é mais acentuadamente africano; no das ilhas cabo-verdianas, os

fonemas africanos são mais acentuados e os vocábulos (talvez entre 90 e 95%) originam-se do português de Portugal, das suas formas arcaicas já caídas em desuso na Metrópole. Durante a época colonial, o Crioulo era considerado por muitos como um “Português mal falado” ou, na melhor das hipóteses, um “dialeto” do Português. Mas Baltasar Lopes (1984) afirma que o crioulo não é um dialeto do português, mas uma língua com a sua especificidade própria.

Crioulo cabo-verdiano: breves características

O Crioulo de Cabo Verde é uma língua tradicionalmente oral que somente a pouco tempo possui o que se chega próximo a uma grafia oficial. Contudo, os cabo-verdianos são escolarizados em língua portuguesa e têm utilizado, à sua maneira, a ortografia da língua oficial para escreverem em Crioulo de forma espontânea, não regulada e, por isso, essa escrita é muito variável.

O primeiro trabalho descritivo sobre a língua cabo-verdiana é de Baltasar Lopes (1957), intitulado *O dialeto crioulo de Cabo Verde*. Ali ele diz que o Crioulo de Cabo Verde se distribui por dois grupos maiores: o de Barlavento (Santo Antão, S. Vicente, S. Nicolau, Boa Vista e Sal) e o de Sotavento (Maio, Santiago, Fogo e Brava), e ainda elenca as características de cada um sempre em comparação com a estrutura gramatical do português europeu.

Já em 1982, Manuel Veiga produz o livro *Diskrison strutural di lingua kabuverdianu* com a finalidade de descrever e comparar as quatro principais variantes dialetais que se apresentam no arquipélago – a de Santiago, Fogo, São Vicente e Santo Antão. A partir desse estudo, ele conclui que a estrutura entre as variantes é comum e em razão disso é possível uma compreensão significativa entre os diferentes falantes das ilhas, mesmo que haja as diferenças nas falas.

Por meio destas pesquisas se pôde ter uma noção do fenômeno linguístico cabo-verdiano, e as mesmas deram suporte a novas investigações, uma vez que são de cunho detalhista e seus autores são de grande relevância quando se trata dessa questão.

A atual grafia tida como oficial, proposta em 1998 e consignada num decreto conhecido por ALUPEC (Alfabeto Unificado para a Escrita do Crioulo), é, como o

próprio nome indica, essencialmente um alfabeto, não tendo havido ainda uma normalização generalizada da representação gráfica das unidades lexicais que tenha como modelo uma variedade escolhida como padrão.

Convém ressaltar que este trabalho tem enfoque na língua crioula utilizada pelos falantes da capital Santiago, mais especificamente na cidade de Praia. Aqui não faremos uma análise a fundo da estrutura gramatical dessa língua, visto que este é um tema muito complexo e extenso e merece um enfoque mais aprofundado e uma pesquisa mais elaborada. Faremos apenas uma abordagem superficial do tema proposto neste item para que se tenha noção de como se apresenta essa estrutura.

Desse modo, analisando a língua cabo-verdiana, levando em consideração a tipologia das línguas, vimos que não é possível classificá-la ou como língua *isolante* ou como *aglutinante*. As línguas isolantes não possuem flexão. Essas línguas se traduzem por possuírem um único morfe, ou seja, num único morfema (a menor parte, dotada de significado, que constitui uma palavra) ocorre a realização de um lexema (a parte de uma palavra que constitui uma unidade mínima dotada de significado lexical). Por outras palavras, neste tipo de línguas geralmente não existem morfemas presos. O chinês e o vietnamita são exemplos de línguas analógicas ou isolantes. Já as línguas aglutinantes unem afixos (elementos que se juntam a um radical para formação de uma palavra), comumente invariantes a uma raiz, de tal forma que podem haver vários morfemas facilmente identificáveis em uma palavra. De outra forma, a palavra se compõe de morfes, sendo que cada um representa um morfema, havendo conservação da identidade fonológica dos morfes. Trata-se, portanto, da não correspondência entre morfemas e certos segmentos de palavra. O Turco, o Japonês e o Húngaro são geralmente classificados como aglutinantes.

O Crioulo de Cabo Verde possui algumas características de línguas isolantes. Há palavras que se apresentam com forma fixa e função definida pela ordem das palavras na frase, pelo acréscimo de partículas, ou por agrupamento de palavras. Por exemplo: a função de algumas palavras varia de acordo com a sua posição na frase. Em *tistimunha tistimunha*, traduzido como *A testemunha testemunhou*, vemos que pela estrutura fixa da ordem das palavras na frase, sabe-se que a primeira expressão desempenha a função de

sujeito e a segunda de verbo. Recorrendo-nos mais uma vez ao gerativismo, o crioulo se enquadraria no grupo das línguas que apresentam sujeito, verbo e objeto.

Isso ocorre também com os pronomes. Em *undi maçã di mininu*, traduzido por *Onde está a maçã do menino?*, e em *Maria kume-el el*. > *El kume-el el*, traduzido como *Ela comeu a maçã do menino*, o falante interpreta a função de cada pronome, realizado lexicalmente pelo mesmo item, devido à ordem regida das frases – sujeito, verbo e predicado. Em *Ind od*, cuja tradução literal seria *ele comeu do menino a maçã*, no crioulo, o objeto indireto com o papel temático de recipiente vem sempre antes do objeto direto.

Também podemos identificar partículas que, uma vez acrescentadas aos verbos, alteram o tempo destes e de outras formas (mesmo que seja a pessoa verbal), o que faz a língua cabo-verdiana pertencer também ao grupo das línguas aglutinantes. Conforme Guisan (1999), às palavras são acrescentadas uma ou várias partículas com uma função específica para cada uma delas, de modo a definir a função e os atributos de cada palavra (...) aglutinante. Temos como exemplo o verbo *Bai (Ir)*, em que as partículas que indicam a flexão de tempo estão sublinhadas: *N bai bu kaza (Fui à tua casa.)*; *N baba bu kaza (Eu tinha ido à tua casa.)*; *N ta bai bu kaza (Vou à tua casa.)*; *N sa ta bai bu kaza. (Estou (a caminho) a ir para tua casa.)*; *N al bai bu kaza (Talvez, eu vá à tua casa.)*; *Badu bu kaza (Alguém foi pra tua casa.)*; *Bada bu kaza (Alguém tinha ido para tua casa.)*.

Observando os exemplos, há partículas que são presas e outras que são livres. Por exemplo, a flexão de gênero nos nomes e adjetivos depende de traços referenciais dos itens lexicais (ou sintagmas nominais). Estas especificidades estão relacionadas com os traços animados e não-animados, humanos ou não-humanos. Nos questionamos se não terá a ver ainda com um outro traço que é mais ou menos adulto porque muitos adjetivos flexionam com nomes que se referem a adultos e não com os que se referem a crianças. Pesquisas mais detalhadas poderão precisar responder essas dúvidas.

Portanto, a partir do aporte teórico sobre o surgimento e formação do Crioulo de Cabo Verde, podemos constatar que esta é a língua materna nacional do cabo-verdiano.

Entendemos por língua materna (LM) os códigos que correspondem à primeira experiência linguística vivenciada por um falante. Ela é adquirida de forma normal, isto

é, o indivíduo não tem ciência de que está adquirindo uma língua, sem um suporte pedagógico; adquire-a apenas pelo contato interacional com outros falantes, estes fazendo parte do seio familiar e/ou do meio social em que este indivíduo convive. A LM é definida pela pertença a um grupo cultural ou étnico. O Crioulo se assume como língua materna dos cabo-verdianos, pois foi nela que estes aprenderam os primeiros sons e a socialização destes falantes decorreu no seio dela, e é a língua através do qual exprimem sua visão de mundo.

Contudo, apesar do Crioulo cabo-verdiano ser a primeira língua adquirida pela grande maioria dos falantes, ainda não ocupa posição de destaque linguístico e social e não é ainda matéria de ensino.

A Língua Portuguesa em Cabo Verde

Em se tratando da presença da Língua Portuguesa no arquipélago, é sabido que este fator se deu pela presença dos colonizadores portugueses ali, os quais fizeram parte da formação da sociedade cabo-verdiana. Para esta, chamamo-la de segunda língua (L2).

Stern (1983) diz que o termo *segunda língua* surgiu no final da década de 50 do século XX para distinguir todas as línguas dominadas pelo falante para além da sua língua materna. Seu método de aprendizagem é construído num nível normal quando o falante está inserido num ambiente em que ela é sistematicamente utilizada.

A língua portuguesa é a língua oficial de Cabo Verde e, por conseguinte, a segunda língua. Foi instituída em 1974: o processo de descolonização teve seu fim acelerado pela revolução de abril que ocorreu neste mesmo ano, derrubando o então regime fascista de Portugal. A partir disso a Língua Portuguesa tornou-se oficial tanto em Cabo Verde quanto em Guiné-Bissau, Angola, São Tomé e Príncipe. Estes países fazem parte dos PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa – e possuem relações de cooperação linguísticas, comerciais, políticas, culturais, educacionais e diplomáticas uns com os outros.

Logo, a partir da conscientização sobre o conceito de segunda língua, é válido dizer que a língua do colonizador nesse país não pode ser chamada de língua estrangeira

(LE), uma vez que esta é a língua do país que não o do falante e exige uma instrução formal e recorrência a outras medidas que compensem a ausência do apoio contextual do qual a segunda língua dispõe. Ainda segundo Stern (1983), o que diferencia a L2 da LE são os objetivos e os processos subjacentes às suas aprendizagens.

(...) à situação sociolinguística de Cabo Verde, a língua mais utilizada no cotidiano é a língua crioula, mas apenas o é na oralidade; na escrita o que predomina é a língua portuguesa, uma vez que o crioulo cabo-verdiano não tem uma norma de produção escrita conhecida e dominada por todos. Nas comunicações oficiais predomina a língua portuguesa e não se pode dizer que conhecemos melhor o crioulo cabo-verdiano do que a língua portuguesa. Dominamos mais o crioulo cabo-verdiano do que a língua portuguesa, mas em termos de conhecimento metalinguístico, uma vez que o crioulo não é matéria de ensino e nem língua veicular de conhecimentos científicos, não existe espaço para se fazer o estudo da estrutura e do funcionamento desta língua. O indivíduo comunica naturalmente, com espontaneidade e fluência, mas tem dificuldades em explicitar as regras gramaticais subjacentes a sua produção. (REIS, 2018, p.24)

Com esta visão, verificamos que o Crioulo cabo-verdiano é a língua materna do seu povo e a Língua Portuguesa a segunda língua, porém com reconhecimentos invertidos.

Teorias linguísticas presentes no uso simultâneo de línguas

Em Cabo Verde há a confirmação de dois campos linguísticos distintos e conflituosos: o da “língua oficial” (o Português) e o da “língua nacional” (o Crioulo).

A situação linguística em Cabo Verde, como já abordado, é caracterizada pela existência de duas línguas com estatutos e funções diferenciados: o português é língua oficial e internacional e o crioulo é língua nacional e materna. Ao primeiro estão reservadas as funções de comunicação formal: administração, ensino, literatura, justiça. Ao segundo, pelo seu lado, estão reservadas as funções de comunicação informal, particularmente o domínio da oralidade”. (VEIGA, 2004, p.99).

Bilinguismo e *Diglossia*, a saber, são os fenômenos linguísticos que são consequência do uso concomitante da língua crioula e da portuguesa em Cabo Verde.

Tomando o conceito de Duarte (2003), entende-se bilinguismo pelo controle nativo de duas línguas. Ou seja, o indivíduo possui o controle simultâneo de dois

sistemas linguísticos e sobretudo permite a mudança de códigos. Isto é, usa-se alternadamente ambas as línguas numa mesma expressão.

Podemos entender o bilinguismo ainda como:

(...) faculdade que possui um indivíduo de saber expressar-se numa segunda língua adaptando-se fielmente aos conceitos e estruturas próprias da mesma sem parafrasear a língua nativa. A pessoa bilíngue possui a facilidade de saber expressar-se em qualquer das línguas sem dificuldade cada vez que surge a ocasião. (TITONE, 1972, p.13)

Considerando essas duas conceituações, podemos examinar que a situação linguística cabo-verdiana é de cunho bilíngue em sua maioria. Para que um indivíduo seja identificado enquanto bilíngue, ele deverá dominar as duas línguas em concomitância como se ambas fossem suas línguas maternas.

Todavia, esse fato linguístico não é comum acontecer. Podemos ver o bilinguismo enquanto conhecimento passivo de uma segunda língua, aptidão na produção de expressões significativas, compreensão – mesmo que não aprofundada – do que o outro falante está a dizer.

Geralmente, nas situações em que ocorre o bilinguismo, as línguas em contato estão numa relação assimétrica de poder. Essa relação entre uma língua dominante ou majoritária e outra dominada ou minoritária, a que correspondem usos complementares, é denominada diglossia (LOPES, 2016). A diglossia vem a ser uma manifestação do bilinguismo.

Uma comunidade é diglósica quando nela coexistem duas variedades da mesma língua, não demasiado diferenciadas, mas também não tão próximas como são os registros, uma delas com um estatuto sociopolítico inferior, a variedade baixa (B) por oposição à alta, mais prestigiada (A), e que são usadas com funções distintas; a variedade alta não é língua materna de ninguém e não é falada por qualquer segmento da comunidade nas conversas informais. (LOPES, 2016, p.58)

Ou seja, a diglossia é a situação linguística em que, numa sociedade, duas línguas ou registros linguísticos funcionalmente diferentes coexistem, sendo que o uso de um ou de outro depende da situação comunicativa; acontece quando há diferença de status sociopolítico entre as duas línguas ou dialetos.

Em Cabo Verde ocorre um bilinguismo social extensivo e uma diglossia relativamente estável. Quanto à sobreposição de uma língua à outra, podemos destacar que as culturas em contato desfrutaram de diferentes graus de prestígios, o que em Cabo Verde acarretou na sobreposição da Língua Portuguesa sobre a Crioula, uma vez que a classe europeia era a mais prestigiada. Esta classe detinha poder suficiente para levar o resto da sociedade a apreciar os seus valores. A saber, há a presença das duas línguas, sendo usadas concomitantemente, com a valorização da Língua Portuguesa em detrimento da Língua Crioula, mesmo esta última sendo a materna – falada pela quase totalidade dos falantes cabo-verdianos – e a outra, a língua segunda – falada apenas por parte da população, a parte que tem acesso ao sistema educacional.

Sabe-se que a atual situação resultante desse contato permanente da língua cabo-verdiana e da Língua Portuguesa não é pacífica e as fronteiras do uso de uma e de outra começam a diminuir. O Crioulo faz parte do símbolo da identidade cabo-verdiana, mas o Português é a língua que permitiu e permite a concorrência aos postos administrativos. Pode-se dizer que os falantes cabo-verdianos assumiram a sua língua como língua nacional, mas em sua maioria não sabem exatamente o que seja uma língua nacional.

Se o português ganha força no domínio das “coisas oficiais”, atuando como canal privilegiado na comunicação formal, dentro e fora do país, o crioulo encontra seu espaço de desenvolvimento no domínio da comunicação informal. Associada às atividades que se desenrolam no dia-a-dia desse povo, a língua crioula se fortalece como símbolo da nação cabo-verdiana. (DIAS, 2002, p.7)

Privilegiar qualquer uma das línguas pode ser observado como uma questão política. Os consecutivos governos vêm tratando dessa questão, pois têm sido obrigados a pronunciar-se sobre. Anos após a independência, vem se contando com algum aparato jurídico-administrativo para definir a política linguística do país: decretos-lei foram publicados no jornal oficial do Governo. Também, podemos listar os fóruns e colóquios organizados pelo Governo ou alguma outra instituição (mas que tiveram caráter oficial).

Sobre política linguística, Boyer nos diz que:

a gestão oficial de situações de unilinguismo ou plurilinguismo não é apenas uma gestão, puramente linguística. Ela depende de situações históricas, sócio étnicas, económicas e demográficas. A política linguística é toda a ação de

um Estado que designa escolhas, orientações e objetivos deste Estado em relação à gestão das línguas quer em situações de plurilinguismo quer em situações de unilinguismo. Estas intervenções, às vezes, são inscritas na própria Constituição, outras vezes suscitadas por uma situação intra ou intercomunitária preocupante em matéria linguística. E para que elas possam, realmente, deixar de ser meras declarações é preciso que sejam executadas. A esta fase chamou de intervenção glottopolitique: trata-se de planificação ou normalização linguística. (BOYER, 1991, p.70)

Calvet nos diz que a política linguística é

o conjunto das escolhas conscientes efetuadas no domínio das relações entre língua e vida social e mais, particularmente, entre língua e vida nacional e a planificação linguística como a procura e a execução dos meios necessários à aplicação de uma política linguística. Boyer precisa esta relação estabelecida por Calvet como uma relação entre língua e vida comunitária ou intercomunitária no seio por de uma mesma sociedade. (CALVET,1987, p.154)

Por isso, considera-se que a expressão *política linguística* é aplicada à ação de um Estado, onde este designa escolhas, orientações, objetivos que são deste Estado em relação à gestão da pluralidade linguística (ou de sua única língua oficial) definidos na Constituição; isto é, a política linguística é toda a escolha consciente efetuada no domínio das relações entre a língua e a vida social e mais particularmente entre a língua e vida nacional.

Devemos ter a compreensão também do que seja a *planificação linguística* que é a procura e a implementação dos meios necessários para a aplicação de uma política linguística.

É sabido que:

a socialização primária é caracterizada pela aquisição e uso do crioulo, enquanto a socialização secundária é marcada pela aprendizagem do português. Sobre esta relação e diferenciação linguística Berger e Luckmann defendem que se aprende uma segunda língua, construindo sobre a realidade indiscutível da nossa língua materna. Durante longo tempo a pessoa continua a traduzir na língua original quaisquer elementos da nova língua que for adquirindo. À medida que esta realidade começa a estabelecer-se por si mesma, vai-se tornando possível dispensar a tradução. A pessoa mostra-se capaz de pensar na nova língua. Entretanto, é raro que uma língua aprendida tarde na vida alcance a inevitável e evidente realidade da primeira língua aprendida na infância. Daí deriva sem dúvida a qualidade afetiva da língua materna. (REIS, 2018, p.20)

Ou seja, a partir desse conhecimento, em Cabo Verde, políticas linguísticas começaram a ser traçadas. Contudo, não se pode assegurar quanto à implementação. O país já assumiu a existência de duas línguas na sociedade cabo-verdiana e consentiu a intenção do Governo em ter, futuramente, duas línguas oficiais, através de um conjunto de aparatos jurídico-administrativos, mas o Governo ainda não tornou efetivas as políticas que podem assegurar esse anseio.

Vale destacar que essa realidade linguística bilíngue e a plurilíngue durante muito tempo foram contrariadas pela ideia de unificação linguística proposta pelos europeus, os quais pretendiam forçar uma realidade sociolinguística em que para cada nação devesse corresponder uma única língua. Apesar dos esforços, este fenômeno não ocorreu em Cabo Verde e nem em outros países africanos.

Metodologia

O intuito aqui é mostrar o uso concomitante das Línguas Portuguesa e Crioula pelos falantes cabo-verdianos. Para isso, realizou-se buscas por meio desses falantes a fim de que os mesmos nos mostrassem como ocorre esse uso no cotidiano. As etapas da pesquisa para a conclusão deste artigo foram realizadas primeiramente por meio de leituras de bibliografia especializada, tais como VEIGA (2004), HERNANDEZ (2002 e 2005), LOPES (2016), REIS (2018), CARREIRA (2000) – como mencionados anteriormente – e, em seguida, por pesquisa de campo, caracterizada por observações do cotidiano, conversas informais e entrevistas diretas.

Como mencionado anteriormente, optamos pela entrevista formalizada ou semiestruturada para a coleta dos dados. Nesse tipo de entrevista é apresentada uma relação fixa de perguntas em que todos os entrevistados responderam as mesmas perguntas. Essas indagações podem ser perguntas abertas ou fechadas. Esse tipo de entrevista foi escolhido pois, segundo Lakatos (2007) lista, as principais vantagens de se trabalhar com o procedimento dessa entrevista são porque: pode ser utilizada com todos os segmentos da população (analfabetos ou alfabetizados); fornece uma amostragem muito melhor da população em geral (o entrevistado não precisa saber ler ou escrever); há maior flexibilidade, podendo o entrevistador repetir ou esclarecer perguntas,

formular de maneira diferente (ou especificar algum significado, como garantia de estar sendo compreendido); oferece maior oportunidade para avaliar atitudes, condutas, podendo o entrevistado ser observado naquilo que diz e como diz (registro de reações, gestos etc.); dá oportunidade para a obtenção de dados que não se encontram em fontes documentais e que sejam relevantes e significativos; há possibilidade de conseguir informações mais precisas, podendo ser comprovadas, de imediato, as discordâncias; e permite que os dados sejam quantificados e submetidos a tratamento estatístico.

Em relação aos entrevistados, podemos dizer que colaboraram com a realização tanto das entrevistas quanto da pesquisa de um modo geral. É válido lembrar que, como limitações para a realização das conversas e entrevistas, a timidez e falta de tempo alegada por parte dos falantes nativos fez com que a mesma demorasse a ser realizada. Foram entrevistados moradores no âmbito do cotidiano (pessoas que encontramos no dia a dia, como em restaurantes, cafés, livrarias, bares, comércios); da esfera escolar (professores e alunos); e do campo universitário (também professores e alunos). Lembrando ainda que suas idades não nos foram reveladas.

Análise Dos Dados

Ainda hoje, após alcançar a independência em relação a Portugal, a população cabo-verdiana continua vivenciando no seu cotidiano essa interação, por vezes conflituosa, entre as línguas Crioula e Portuguesa. Como pude constatar diversas vezes durante minha pesquisa de campo em Cabo Verde, a utilização dessas duas línguas está frequentemente permeada por questões de autoridade e resistência, identidade e distância social.

Apesar da presença constante do Crioulo nas atividades que se desenrolam no dia-a-dia dessa população, o Português permanece ocupando lugar de destaque como língua oficial da República de Cabo Verde.

Neste capítulo, analisaremos as entrevistas obtidas durante nossa viagem ao país, para o I Colóquio Internacional de Políticas Antirracistas no Mundo, que ocorreu no período de meados de novembro e início de dezembro de 2018 na Cidade de Praia. Lá,

podemos pôr em prática nossas pesquisas de campo e assim, poder constatar tudo o que foi dito no decorrer deste trabalho.

Colocaremos aqui as perguntas e, a seguir, as respostas de cada entrevistado, realizando as devidas comparações e constatações. Vale ressaltar que os questionamentos e suas respostas foram dados na Língua Portuguesa e as transcrições foram realizadas de forma que respeite o modo de falar de cada entrevistado.

Pergunta 1: QUAL SEU GRAU DE ESCOLARIDADE?

Denise: Eu estudei só até o 5º ano; eu tinha que trabalhar e não fui mais pra escola.

Marcos: Licenciatura em Filosofia.

Ângela: Eu estou estudando o 12º ano.

Cristiane: Estou no 6º ano na escola.

Afonso: Doutorado em Matemática Aplicada, sim.

Alunos UNICV: Nível superior (estudante 1); estamos no 3º ano do curso (estudante 2); todos aqui estão se graduando, ninguém tem uma formação (estudante 3); essa é a nossa primeira formação (estudante 4); muitos de nós viemos pra cá pra Santiago pra estudar na Universidade (estudante 5); é ... somos de outras ilhas, alguns (estudante 6).

Sobre este questionamento, decidimos pô-lo em questão porque diante de nossas pesquisas, tínhamos verificado que o domínio das respectivas línguas – especialmente da língua portuguesa – ia de acordo com o grau de escolaridade de cada indivíduo. Isso foi constatado com base nas respostas dos entrevistados, cujo tema será tratado no item a seguir. Nossos entrevistados possuem desde o nível básico até o nível superior de ensino. Dentre eles, quem possui o grau menor de escolaridade é Denise (que estudou até o 5º ano) e com grau maior, temos o professor Afonso que fez doutorado. Aqui cabe explicar que o grau de estudos de nossos entrevistados é baseado na sua situação econômica – verificamos que quanto maior o status social, maior a qualidade do estudo.

Pergunta 2: VOCE DOMINA O USO DA LINGUA CRIOULA E PORTUGUESA?

Denise: Sei o crioulo, português me complico.

Marcos: Sim, considero que sim.

Ângela: Sim.

Cristiane: Eu sim.

Afonso: Sim, falo as duas.

Alunos UNICV: Sim, dominamos bastante na fala e na escrita a Língua Portuguesa (todos); nós sabemos o Crioulo desde que aprendemos a falar rrsrs (estudante 2); mas os Crioulos não são iguais ne... eu tive dificuldade pra entender algumas expressões do Crioulo daqui de Santiago porque sei o Crioulo da Ilha do Fogo porque sou de lá e é um pouco diferente (estudante 3).

Em relação a este ponto, observamos que uns tem o domínio da língua portuguesa, outros não. Isso é consequência do grau de escolaridade. Quanto mais o falante possui acesso ao sistema de educação, maior a sua aproximação com a língua do colonizador. Denise, que entre os entrevistados é a que possui o menor grau de escolaridade, é a que mais apresenta dificuldade em relação ao uso da língua imposta. O Crioulo é a língua materna de todos os entrevistados. Logo, todos eles possuem um alto grau de conhecimento da sua língua nacional – no contexto oral, pois a escrita do crioulo não é comum. Os mesmos possuem contato com ela desde os primeiros atos de comunicação. Porém, notamos que alguns estudantes da Universidade tiveram dificuldade na compreensão de algumas expressões do Crioulo de Santiago, visto que são nativos de outras ilhas e foram para a capital do país para estudar. Ainda assim seus níveis de entendimento da língua portuguesa são altos.

Pergunta 3: EM QUE MOMENTOS VOCE USA CADA LINGUA?

Denise: Eu falo sempre crioulo mas tenho que falar português aqui no trabalho, com vocês, com quem não sabe Crioulo.

Marcos: Bem, é... particularmente em momentos formais a Língua Portuguesa sabemos que é um instrumento de trabalho não é, uma língua utilizada no trabalho, portanto nesses momentos usamos sempre a Língua Portuguesa, em outros momentos também por vezes com alguns amigos. Praticamente nos outros momentos que não seja ambiente de trabalho uso a Língua Crioula em casa, na praia, com os amigos, nos cafés, normalmente usa-se a nossa, não é, aquela que nos toca mais.

Ângela: Eu só falo Português na escola; em todo lugar eu falo Crioulo.

Cristiane: Eu falo Crioulo e falo Português na escola. Ah eu também falo um pouco de Português em casa com meu pai.

Afonso: No ambiente formal se usa mais a Língua Portuguesa. Quando vai numa repartição e fala português tem uma atenção mais; as pessoas percebem que é uma pessoa com mais certo nível né...

Alunos UNICV: Praticamente usamos a Língua Portuguesa pra falar só na sala de aula. Nós falamos Português mais no contexto de sala de aula e tem algumas instituições aqui em Cabo Verde que é preciso que falamos Português mas no dia a dia, com os colegas, na rua, falamos o Crioulo (estudante 1); usamos o Crioulo no cotidiano (estudante 2).

Aqui examinamos a usabilidade das duas línguas pelo cabo-verdiano e a necessidade desses usos em determinadas situações. Observou-se que as línguas são mais e menos utilizadas dependendo da situação social e, conseqüentemente, linguística em que se encontra cada falante. Isto é, o Crioulo é a língua utilizada na maior parte do dia, nas relações interpessoais, no cotidiano, entre amigos, no seio familiar, nos bares, nas festas, na praia, nas ruas. Enquanto que a Língua Portuguesa é tida como formal, como instrumento de trabalho, de educação, de turismo; é também utilizada em algumas repartições. Nota-se que o uso desta última língua é apresentado como um prestígio social, o que se pode ver a partir da fala do professor Afonso, quando o mesmo diz que ele é melhor atendido num local quando o percebem falando a língua portuguesa, ou seja, as pessoas passam a vê-lo melhor, como alguém que tem um alto nível educativo, o que o torna mais respeitado. É apropriado advertir que cada falante escolhe a língua que lhe convém para determinada situação social, o que não impede de a Língua Crioula ser usada num ambiente mais formal e a Língua Portuguesa ser utilizada num mais informal. Tudo vai depender do falante.

Pergunta 4: QUAL DAS DUAS LINGUAS VOCE MAIS USA?

Denise: O Crioulo, eu disse pra você que não sei muito português porque não fui muito pra escola não é...

Marcos: Mais Língua Crioula, agora dependendo das circunstâncias a gente usa uma ou outra.

Ângela: O Crioulo; eu gosto do Português, mas é difícil.

Cristiane: O Crioulo; não gosto muito do Português hihihhi...

Afonso: Eu uso o Crioulo. Como cabo-verdiano eu uso Crioulo, mas na universidade eu uso Português. Quando falo Português é na sala de aula; já em Crioulo temos alguma dificuldade em escrever Crioulo então muitos escrevem em português.

Alunos UNICV: Crioulo (estudante 1); quando a gente escreve no facebook é Português (estudante 2); muitos escrevem em Crioulo né, mas cada um na sua maneira, não há uma regra, cada um escreve como entendeu (estudante 3); a gente gosta mais do Crioulo, o Português é só quando é muito necessário (estudante 4); a gente faz trabalho da universidade em Língua Portuguesa, os professores não aceitam em Crioulo (estudante 5).

Os entrevistados se utilizam com mais frequência da sua língua materna, ou seja, independente do grau de escolaridade de cada um deles, todos preferem valer-se da língua nacional para se comunicar. Entretanto, com relação à escrita dela, nenhum deles possui domínio, visto que esta é tida como língua oral e não possui uma grafia sistematizada. Isto pode ser constatado na fala do estudante 3 da UNICV: “não há uma regra, cada um escreve como entendeu”. O Português é utilizado só quando necessário. Focando ainda nas respostas dos entrevistados, temos as falas das duas estudantes secundárias – cujas são as com menor idade entre todos – que apresentam dificuldade na aprendizagem da segunda língua e, por isso (ou outra razão não informada), acabam por ‘não gostar’ dessa língua. Isso pode nos levar a questionar o modo como a Língua Portuguesa vem sendo ensinada para essas crianças e adolescentes, porquanto tudo que é imposto, é negado. No entanto, este não é o foco desta análise.

Pergunta 5: QUANDO VOCE APRENDEU A LINGUA PORTUGUESA?

Denise: Só aprendi na escola mas aprendi pouco.

Marcos: Bem, já com uma tenra idade num é, com 7 anos comecei aprender a língua portuguesa.

Ângela: Deeeeesde criança.

Cristiane: Estou aprendendo mais na escola; meu pai me ensina também, ele é professor da Universidade.

Afonso: Aprendi criança.

Alunos UNICV: Desde os primeiros anos do ensino básico (estudante 1); desde os 6 anos (estudante 2); aqui na universidade só nosso curso que estuda mais a gramática do Português, os outros cursos nem estudam essa gramática nem falam muito Língua Portuguesa aqui, mas eles deveriam fazer como nós (estudante 3); a gente tem que falar Língua Portuguesa aqui porque estamos no curso de licenciatura sobre línguas então temos que falar português (estudante 4).

Nas respostas a este questionamento podemos averiguar que os entrevistados tiveram contato com a segunda língua somente na escola, no ensino básico. Todavia, a entrevistada Cristiane conheceu a língua portuguesa em sua casa, visto que seu pai é professor universitário e quis ensinar a filha desde antes de a mesma ter contato com a escola. O que pode implicar é a forma como esse pai passa os conteúdos da segunda língua para ela (talvez aí esteja a resposta para que ela não goste da língua, como respondeu na pergunta acima). Cristiane se considera ainda uma aprendiz da Língua Portuguesa, enquanto os outros afirmam que já aprenderam desde criança. O diretor acredita que aprendeu a língua tarde e mostrou desejo em tê-la aprendido mais cedo. Os alunos da UNICV mostraram que somente eles (desse curso) estudam a gramática da língua portuguesa a fundo e a usam na Universidade; acreditam que os outros cursos e seus respectivos estudantes e professores deveriam fazer o mesmo já que estão num âmbito acadêmico, mas tem a consciência de que devem estudar mais a Língua Portuguesa em razão do curso que fazem.

Pergunta 6: VOCE TEVE DIFICULDADE EM APRENDER A LINGUA PORTUGUESA? SE SIM, NA ESCRITA OU NA FALA?

Denise: Nos dois eu acho muito difícil; as vezes não consigo entender o que você fala, você tem que falar devagar rrsrrsrs...

Marcos: Obviamente, não sendo a nossa então há sempre uma dificuldade. Mesmo a nossa a complexidade da língua nos leva a isso, todos nós que vamos aprender temos tido dificuldade em aprender agora vai superando aos poucos...

Ângela: Sim, é difícil escrever. Mas eu também não sei escrever crioulo.

Cristiane: Sim, eu acho difícil falar mas meu pai me ajuda.

Afonso: Na aprendizagem da língua temos que ter dificuldade em aprender num é, o que deve ter a ver com metodologia, com é.. o próprio programa.

Alunos UNICV: Sim, até hoje temos dificuldade (estudante 1); desde o começo, escrevíamos no português mas falávamos em Crioulo, só depois a professora mandou a gente falar em português (estudante 2); temos dificuldade na fala e na escrita por causa da interferência da língua materna (estudante 3); eu confundo e troco as palavras do português pelo crioulo rrsrsrs (estudante 4).

Neste tema, as respostas às nossas dúvidas nos foram dadas de maneira que comprovou nossas especulações. As línguas são muito complexas. Sabemos que o fato de aprender uma segunda língua apresenta muitas dificuldades, pois essa não é a língua materna do falante e não é aquela à qual o mesmo tem familiaridade. Todos os entrevistados apresentaram dificuldade na aprendizagem da Língua Portuguesa. Vimos que os mesmos só obtiveram contato com ela nas instituições de ensino e somente Denise apresentou um grau menor de entendimento desta língua, tanto na escrita quanto na fala. Ângela acha difícil a parte da escrita, pois acredita ser difícil acompanhar e aprender as diversas regras que a língua apresenta. Cristiane crê ter mais facilidade na escrita que na fala. O diretor Marcos e o professor Afonso disseram ter tido dificuldades, mas que foram sendo amenizadas com o decorrer dos anos (são os mais velhos do grupo). Os estudantes da UNICV, apesar de terem dito nas respostas das perguntas acima que tem um bom relacionamento e compreensão da Língua Portuguesa, agora disseram possuir dificuldade no uso da mesma, tanto na fala quanto na escrita, isso em razão da interposição da língua materna na segunda língua. O Crioulo cabo-verdiano é uma língua africana com base lexical portuguesa, por isso essa interferência de uma pela outra, acarretando na troca de palavras e expressões.

Pergunta 7: NA SUA FAMÍLIA, COMO SE DÁ A QUESTÃO DO BILINGUISMO?

Denise: Em casa só os mais novos falam mais Português.

Marcos: Em casa por vezes a Língua Portuguesa, por vezes a Língua Crioula, mas preferencialmente a Língua Crioula.

Ângela: Na minha casa só fala mais Crioulo.

Cristiane: Nós falamos Crioulo, eu falo com meu pai Português mas minha avó não sabe Português.

Afonso: Algumas famílias mais de posse usam a Língua Portuguesa em casa, mas eu pessoalmente não utilizo em casa, só Crioulo. Tenho uma vizinha que entre a família dela só falam Português, mas a maioria é só Crioulo. Algumas famílias tem uma exigência né pra poder elevar o nível das crianças né. Falar Português significa impor respeito, para impor sua mensagem; comunicando em português consegue impor mais autoridade.

Alunos UNICV: Em casa se fala Crioulo (estudante 1); nossos pais entendem Português, mas não falam, só falam Crioulo (estudante 2); tem pais que vão pra Portugal então em casa falam Português com a gente (estudante 3).

A partir do que estudamos, voltamos mais uma vez para a questão do grau de instrução educacional e para o status social de cada falante. Denise, que é dos entrevistados a com menos prestígio social e com menos tempo de estudo, é a entrevistada que apresenta o menor grau de bilinguismo em sua casa. Lá apenas os mais novos – que estão frequentando as escolas – é que fazem o maior uso da Língua Portuguesa. Esse fator ocorre também com a maioria dos alunos entrevistados da UNICV e com Ângela: eles são os que detém a proximidade com o domínio da língua portuguesa; contudo, seus pais são capazes de entender essa língua, mas na oralidade optam pelo Crioulo e não apresentam domínio de fala e escrita da segunda língua – o que é consequência do grau de instrução educacional que estes apresentam. Podemos ressaltar também o fator da faixa etária: quanto mais velho, menos proximidade com a segunda língua. Abrindo um parêntese sobre este fator, é válido aqui mencionar que no ato da entrevista com Cristiane, sua avó estava nos seus afazeres domésticos e sempre que falava com os outros da casa, usava a Língua Crioula, não apresentando nenhum

grau de familiaridade com a Língua Portuguesa; não nos fazia entendê-la e não nos entendia. Entretanto essa não é uma regra geral. Há famílias dos estudantes da UNICV que tem relações e trânsitos constantes ou em menor grau (mas possuem alguma aproximação) com Portugal e, por conseguinte, apresentam um alto coeficiente bilíngue no seio familiar. Assim, usa-se com maior frequência entre a família a língua Crioula, havendo famílias que optam por utilizar o Português para elevar o nível escolar de suas crianças, para lhes impor autoridade e respeito, dentre outras situações não mencionadas. Na fala do Afonso, observamos a valorização social do Português frente ao Crioulo. Destacamos que a faixa etária de nossos entrevistados está entre 12 e 53 anos, aproximadamente.

Pergunta 8: VOCE ACHA NECESSÁRIO USAR CONCOMITANTEMEN TE AS DUAS LINGUAS? POR QUÊ?

Denise: Não, eu só queria falar Crioulo, mas tenho que saber Português pra falar com vocês, os brasileiros, os portugueses que vem pra cá.

Marcos: Sim sim sim temos que usar as duas.

Ângela: Sim, eu sei Crioulo desde criança mas minha mãe disse pra eu saber Português porque é importante.

Cristiane: Eu falo Crioulo toda hora mas tenho que falar Português na escola. Na minha casa meu pai fala Português pra brigar comigo e pra mandar eu fazer alguma coisa hihihhi...

Afonso: Eu utilizo as duas, quando acho necessário eu utilizo as duas.

Alunos UNICV: É importante usar as duas, vocês que vem pra cá não sabem o crioulo então temos que falar Português (estudante 1); eu acho bom saber o português mas devia ter curso de Crioulo pra vocês que vem aqui pra vocês aprenderem a falar com a gente rrsrs (estudante 2); eu acho legal falar as duas, sei duas línguas hehehehe (estudante 3); mas era importante ter aulas de Crioulo pras pessoas saberem escrever Crioulo também mas a gente só escreve em Língua Portuguesa (estudante 4); mas só as pessoas de fora que escrevem sobre o Crioulo, devia ser alguém daqui mas aqui tem poucos livros sobre isso (estudante 5).

Verificamos nesta ocasião que os entrevistados creem ser necessário utilizar as duas línguas de forma concomitante, mesmo que não gostem ou não tenham o conhecimento impecável da segunda língua. Para eles é importante que se use o Crioulo nas suas relações interpessoais, a língua que os toca mais – apresentam consciência e defendem a importância da língua materna. Já a língua portuguesa, para eles, é a que os une com o restante do mundo. É a que usam para se comunicar com nós, brasileiros, nas escolas, no trabalho; a consideram também como uma língua estrangeira, visto que é uma língua que não é a materna deles, não é a que aprendem no seio familiar, mas sim uma língua imposta pelo sistema e precisam de uma sistemática específica para aprenderem. E fazem uso das duas quando acreditam ser necessário. No entanto, dentre os entrevistados, Denise se apresentou contrária ao uso das duas línguas de maneira concomitante. Para ela, em Cabo Verde se falaria apenas sua língua materna, não a do colonizador. Acreditamos que ela seja, dentre todos, a mais nacionalista, a que mais luta (mesmo que de forma indireta) contra as imposições da era colonial que ainda imperam no país; o que ocorre de forma avessa com os outros que já parecem ter naturalizado essas imposições.

Pergunta 9: VOCE TEM ALGUM ALUNO COM DIFICULDADE NO USO DA LINGUA PORTUGUESA? (PARA PROFESSORES)

Marcos: Tem, sempre tem; muitos chegam aqui sem saber.

Afonso: Sim, há uns que nem conseguem abrir a boca pra falar, pra fazer a comunicação.

Marcos, que é diretor de escola secundária, conhece profundamente a realidade linguística de seus alunos e, na sua fala, reafirma nossas suspeitas: muitos dos estudantes chegam às instituições de ensino somente com o conhecimento prévio da Língua Crioula, desconhecendo totalmente qualquer norma do sistema linguístico da língua colonizadora. Uma vez que, como já averiguamos, no seio familiar o que impera é o uso do Crioulo. E essa dificuldade é constatada até mesmo dentro da Universidade, problema este que se apresenta tanto na fala quanto na escrita. O que acarreta em dificuldades na aprendizagem.

Então, o que nos vem à mente é nos questionarmos até que ponto a formação dos professores de ensino fundamental e secundário, feito em Cabo Verde, está preocupado com o bilinguismo? Até que ponto as Universidades tem no seu currículo alguma disciplina sobre a estrutura e uso da língua cabo-verdiana?

Em uma conversa informal com a professora responsável pelo Departamento de Línguas, Literaturas e Culturas da Universidade de Cabo Verde, Arminda Brito, entendemos que somente este curso apresenta disciplinas (poucas) voltadas para essa temática. Porém, a abordagem é pequena em relação à grandiosidade da problemática linguística. Logo, constata-se que o que tem sido feito para trabalhar as questões bilíngues nos ambientes educacionais – pelo menos na ilha de Santiago – valorizando a língua nacional do país, tem sido em menor intensidade e não tem surtido grande efeito na construção de uma identidade linguística autônoma.

APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS: Traços sociolinguísticos e culturais no uso da Língua Crioula em concomitância com a Língua Portuguesa na Cidade de Praia

Os cabo-verdianos têm feito da língua cabo-verdiana a sua língua veicular e a opção que eles fazem de escolher uma ou outra língua é condicionada por diversos fatores, especialmente os extralinguísticos.

O critério de utilização não considera o lugar nem o momento em que cada língua predomina (em casa, na rua, no trabalho, na escola) nem o fato da relação oralidade/escrita em situações onde a língua mais falada não é normalizada e, portanto, não é utilizado enquanto código escrito. (REIS, 2018, p.24)

Com relação ao uso, fazendo um contraponto às duas, podemos destacar a seguinte tabela:

Língua Crioula	Língua Portuguesa
Materna	Oficial
Nacional	Internacional
Informal	Formal
A Nação	O Estado

Resistência cultural	Dominação cultural
Massas	Elite
Oralidade	Escrita
Tradição	Modernidade

Então, é válido dizer que o Crioulo é habitual no seio familiar, intimista, casual, entre amigos. A Língua Portuguesa é usual na escrita, no processo de ensino-aprendizagem escolar, nos meios de comunicação, em obras literárias, no meio acadêmico ou situações formais de comunicação. No entanto, não podemos dizer que uma não faz interferência no espaço comum da outra. Isso dependerá da opção do falante e do contexto comunicativo.

A partir disto, citamos mais algumas considerações quanto ao contexto comunicacional e situacional do uso das duas línguas:

a) Na família: estando em casa, em um ambiente familiar, o falante cabo-verdiano escolhe na maior parte das vezes o Crioulo; encontramos poucas situações em que a Língua Portuguesa era a língua materna; dependendo do grau de instrução, geralmente os mais novos usam as duas línguas e os mais velhos optam por usar o Crioulo; se o adulto também é escolarizado, faz-se o uso de ambas as línguas.

b) Na escola: a grande maioria dos professores fala cabo-verdiano entre si em qualquer parte da escola; durante as reuniões de coordenação, normalmente os coordenadores iniciam a reunião em Português, mas momentos depois continua prevalecendo o diálogo em língua cabo-verdiana; os conteúdos programáticos são transmitidos em Língua Portuguesa; tem crescido o número de professores que optam por falar com os alunos em crioulo.

c) No convívio social e nos eventos culturais: nesse contexto, é possível encontrar a utilização das duas línguas; como exemplo, temos os grupos teatrais nacionais que apresentam as peças em português ou em língua cabo-verdiana, muitas vezes dependendo do tema abordado; nas manifestações folclóricas predomina o Crioulo (como observado nas músicas dos grupos de Batuko).

d) Nas atividades religiosas: tem se tornado frequente as celebrações religiosas serem proferidas em Língua Crioula – o que há poucos anos atrás não acontecia.

- e) Nas ocupações administrativas: as duas línguas aparecem com muita frequência; há uma frequência maior da Língua Portuguesa entre a classe dirigente, mas, atualmente, os falantes mais jovens, mesmo estando nessa posição, usam o Crioulo.
- f) Na comunicação social: no Rádio e na Televisão, a apresentação das notícias é feita em Língua Portuguesa; todavia, nas reportagens, entrevistas, programas culturais e debates é frequente ouvirmos o jornalista dirigir-se aos entrevistados em língua cabo-verdiana, bem como a tendência de ser em Português quando se trata de algum intelectual ou político; as campanhas contra drogas, alcoolismo, AIDS, aparecem ora em português, ora em cabo-verdiano.
- g) Na publicidade: hoje é frequente ver e ouvir publicidades em Crioulo cabo-verdiano; a divulgação de atividades culturais e desportivas, bem como políticas, são feitas em Crioulo e Língua Portuguesa; o serviço oficial da Rádio Nacional que divulga informações de emprego, comunicações de falecimento, etc, é feito em Português, podendo ser ouvidos no mesmo programa convites em Crioulo.
- h) Na modalidade escrita: há o predomínio exclusivo da Língua Portuguesa em documentos oficiais (atas, revistas, entrevistas, reportagens, poemas, poesias, topônimos, músicas); não obstante, tem aparecido músicas e produções literárias escritas em Crioulo cabo-verdiano (é comum encontrar várias expressões dessa língua no quotidiano cabo-verdiano em qualquer jornal ou revista nacional, quer em versão eletrônica quer em versões impressas) e são publicações recentes.
- i) Nos nomes próprios: o nome das ruas aparece sempre em Língua Portuguesa; o nome das pessoas tem versão bilíngue (por exemplo, “João” é frequente que alguém o chame de “Djon”).
- j) Na comunicação das redes sociais: esta tem ganhado mais adeptos da escrita em Crioulo cabo-verdiano; os e-mails que apareciam somente em Língua Portuguesa começam a surgir em Crioulo cabo-verdiano; nas redes sociais há a convivência, na modalidade escrita, das variantes linguísticas existentes na própria língua cabo-verdiana (perante a ausência de uma norma ortográfica padrão do Crioulo, os internautas escrevem de acordo com a variante que eles falam, sem serem questionados pelo interlocutor).

Então, pelo que vimos, a Língua Portuguesa foi sempre a língua oficial do sistema educativo e, por isso, é a que é utilizada na modalidade escrita nas questões oficiais. Enquanto que o Crioulo não é utilizado no sistema de ensino dessa modalidade, a ponto de muitos alunos desconhecerem a existência do ALUPEC – Alfabeto Unificado para a Escrita do Cabo-verdiano. Isso ocorre pela ausência de uma normalização dessa língua materna, podendo-se verificar a alternância no uso das grafias, entre o etimológico e o fonético.

O fato de o Crioulo – apesar de ser a língua materna dos cabo-verdianos – não ter sua escrita trabalhada nas escolas, nem usado nos contextos oficiais, atrasou a sua oficialização. Isto é, para que uma língua possa ser oficial é necessário que passe, previamente, por um processo de normalização e por um processo de instrumentalização. A normalização consiste na escolha de uma variedade para servir de norma e a instrumentalização passa pela criação de meios de fixação e difusão dessa variedade. Assim, é necessário que a língua seja dotada de uma ortografia, que seja descrita numa gramática, que haja dicionários que fixem a forma das palavras e definam o seu valor semântico, etc. É também indispensável que se criem as condições para o seu ensino e uso literário e que se promova a sua divulgação nos meios de comunicação de massas.

Uma perspectiva de ensino que respeite verdadeiramente a diversidade linguística e cultural tem de estar atenta a essas regras, sob pena de favorecer situações de incomunicabilidade ou de conflito comunicativo extremamente prejudiciais em qualquer processo de ensino e de aprendizagem. Uma vez que constatamos que os falantes locais, em sua maioria, não reconhecem o Crioulo enquanto língua e, por conseguinte, não reconhecem a sua história e importância. Isso decorre da interferência cultural imposta pelos europeus.

Vale lembrar que se desconhece o critério utilizado para a escolha de uma ou outra língua, tendo em conta que não cabe no âmbito desta pesquisa as motivações para os usos linguísticos. Ainda assim é notório que o nível de escolaridade e função social desempenhada condiciona o uso de cada uma das línguas: quanto maior o grau de escolaridade, maior o aumento do uso da Língua Portuguesa e quanto menor é esse grau, maior o aumento do uso do Crioulo.

Esta descrição nos mostrou que, neste momento, se observa uma redistribuição do uso das duas línguas. Logo, já não se pode falar em exclusividade do uso de cada uma nos seus respectivos espaços de domínio, uma vez que uma pode adentrar no território da outra.

Considerações Finais

Fazer um estudo sobre a situação linguística de países africanos é uma questão desafiadora, visto que no continente a variedade linguística é grande e considera-se que a maior parte das línguas nacionais são orais e não possuem uma escrita sistemática. Este episódio não se faz diferente na realidade linguística cabo-verdiana. Como explanado durante todo o artigo, em Cabo Verde faz-se o uso do Crioulo e, em determinados casos, o uso da Língua Portuguesa. Porém, somente esta última recebe o devido prestígio, até mesmo por parte de seus próprios falantes.

Por uma concorrência desleal, imposta por motivos de política social e econômica do país, a língua cabo-verdiana não é utilizada na modalidade escrita. O fato de o Crioulo ser uma língua de tradição oral que não é ensinada na escola tem várias implicações negativas a nível de ensino. Logo, cabe aos educadores argumentar em favor do bilinguismo, quer junto dos alunos, quer junto da comunidade escolar e das famílias.

No entanto, os avanços tecnológicos, o uso que a grande massa de população emigrante, os novos quadros e os próprios estrangeiros em Cabo Verde fazem do Crioulo, motivam a sua instrumentalização. E para nosso contentamento, averiguamos que essa nova realidade vem contribuindo para a valorização da língua materna dos seus falantes. Esta – o Crioulo – vem sendo considerada como uma língua nacional prestigiada e prestigiante e passou a ser usada na maioria das situações sociais, mesmo naquelas em que, por razões políticas, se esperava o uso da língua oficial. No entanto, a pesada herança do passado colonizador ainda impossibilita esse uso de forma generalizada.

Por isso, consideramos lembrar que um estudo sobre a língua nacional de Cabo Verde pode auxiliar na construção de uma identidade linguística cabo-verdiana

autônoma e incentivar seus falantes a valorizarem sua língua materna, a ponto de a reconhecerem e a utilizarem como língua geral, apesar de suas variações de uma ilha para a outra. Pois se todos os falantes locais reconhecessem o crioulo enquanto idioma e estimassem sua história e importância para sua identidade social, hoje teriam uma realidade linguística autônoma. Uma vez que o processo de oficialização da língua cabo-verdiana está fortemente condicionado pelas representações que os falantes têm acerca dela. E o primeiro passo para essa valorização é levar as crianças a tomarem consciência de que falam duas línguas bem diferenciadas, ambas legítimas e de igual valor, e que a sua língua Crioula deve também ser apreciada.

Portanto, recomendamos a construção de novos trabalhos sobre o objeto desta pesquisa, abrindo espaço para novas descobertas e, assim, arquitetar novos estudos sobre a temática aqui trabalhada. Haja vista que novos estudos podem contribuir para o conhecimento aprofundado da estrutura gramatical da Língua Crioula. Confessamos ainda que esta abordagem nos permitiu conhecer mais intensamente a situação linguística de Cabo Verde e nos fez ter mais curiosidade e buscar ainda mais sobre a bibliografia existente em relação ao tema – o qual sugiro que você leitor, leitora deste artigo, também o faça.

Referências Bibliográficas

BARROS, S. **Origem das Colônias de Cabo Verde**. In Cadernos Coloniais, nº 56. Lisboa: Edições Cosmos, 1933.

BOYER, H. **Elementos de sociolinguística: língua, comunicação e sociedade**. Paris: Dunod, 1991.

CALVET, L. **A guerra das línguas: as políticas linguísticas**. Paris: Payot, 1987.

CANIATO, Benito Justo. **Percursos pela África e por Macau**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2005.

CARREIRA, Antonio. **Cabo Verde – formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878)**. Praia: Instituto de Promoção Cultural, 2000.

CHAUDENSON, Robert. **Ilhas, homens, idiomas**. Paris: L'Harmattan, 1992.

DIAS, Juliana. **Língua e poder: transcrevendo a questão nacional**. In: Mana [online]. 2002, vol.8, n.1, pp.7-27.

DUARTE, Dulce Almada. **Bilinguismo ou diglossia?** Praia: Spleen Edições, 2003.

GUISAN, Pierre François Georges. **Crioulização e mudança linguística**. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, 1999. Tese de Doutorado em Linguística.

HERNANDEZ, Leila. **A África na sala de aula: visita à história contemporânea**. São Paulo: Selo Negro, 2005.

HERNANDEZ, Leila. **Os filhos da terra do sol: A formação do Estado-Nação em Cabo Verde**. São Paulo: Sumus, 2002.

LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório publicações e trabalhos científicos**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LANG, Jürgen. **Dicionário do Crioulo da Ilha de Santiago (Cabo Verde)**. Tübingen: Gunter Narr Verlag, 2002.

LIMA, Adelaide. **A língua cabo-verdiana e a política linguística no País Cabo Verde**. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, 2007. Dissertação de mestrado em Letras.

LOPES, Amalia. **As línguas de Cabo Verde: uma radiografia sociolinguística**. Praia: Edições UniCV, 2016.

LOPES, Baltazar. **O dialeto crioulo de Cabo Verde**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1957.

LOPES, Baltazar. **O dialeto crioulo de Cabo Verde**. 2ª edição. Lisboa: Casa da Moeda, 1984.

MADEIRA, João Paulo. **A Língua Cabo-verdiana como Elemento da Identidade**. In: Revista de Letras, dezembro de 2013.

MARTINS, Amarilis. **Relações entre Portugal e Cabo Verde antes e depois da independência**. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2009. Dissertação de Mestrado em Espaço Lusófono: Lusofonia e Relações Internacionais.

MONTEIRO, José Lemos. **Para compreender Labov**. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

REIS, Elvira. **Cabo Verde: educação linguística e internacionalização de competências - o crioulo como língua materna em Cabo Verde e suas implicações no currículo escolar desenvolvida em português**. Praia: Novas Edições Acadêmicas, 2018.

ROMAINE, S. **Pidgin e língua crioula**. Londres: Longman, 1988.

ROSA, João. **Discursos linguísticos e realidades nas salas de aulas – vencendo a luta pelo controle**. Praia: Edições UniCV, 2010.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 1969.

TEIXEIRA, Maria. **Língua de berço**. Praia: Casa e Verbo, 2017.

TITONE, R. **O bilinguismo precoce**. Bruxelas: Dessart, 1972.

VEIGA, Manuel. **A construção do bilinguismo**. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2004.

VEIGA, Manuel. **O crioulo de Cabo Verde: introdução à gramática**. Mindelo: Instituto Cabo-verdiano, 1995.

VEIGA, Manuel. **Diskrison strutural di lingua kabuverdianu**. Lisboa: Plátano, 1980.